

RODRIGO OLIVEIRA DE LIMA

O litígio desenvolvimentista entre JK e o Fundo Monetário Internacional:
o processo do “rompimento”

Departamento de História – Faculdade de Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Agosto de 2006

RODRIGO OLIVEIRA DE LIMA

O litígio desenvolvimentista entre JK e o Fundo Monetário Nacional:
o processo do “rompimento”

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de História - Faculdade de Ciências Sociais, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

*“Em nenhum momento da campanha em prol do desenvolvimento harmônico de nosso hemisfério os Estados Unidos foram considerados culpados pelas desigualdades extremas da condição de vida dos diversos povos desta parte do mundo. Ao contrário, devemos testemunhar que a Boa Vizinhança tem sido sempre praticada e que, de uma maneira ou de outra, jamais faltaram provas de espírito fraternal entre a grande Nação que Vossa Excelência preside e a América Latina”.*¹ Carta de Juscelino Kubitschek ao Presidente dos EUA, Dwight Eisenhower.

1 Relatórios Anuais 1960.

*Dedico este trabalho, a minha família de
retirantes nordestinos que vislumbraram o
sonho de dias melhores.*

*Especialmente aos meus pais, Lena Lima e
Ronaldo Vicenal,*

RESUMO

O núcleo das preocupações teóricas desta dissertação é analisar sob o prisma do populismo-desenvolvimentista o Brasil no processo de “rompimento” com o Fundo Monetário Internacional. As clássicas teses de perspectivas populistas demonstraram insuficiências em seus alguns de seus apontamentos. Desta forma, conciliamos à leitura populista as perspectivas desenvolvimentistas do período com o intuito de uma abordagem mais contemplativa sobre o período.

Nesta tentativa, analisamos o processo de “rompimento” desta luz teórica, os nossos subsídios empíricos. Fazem parte do corpo documental, relatórios, cartas, ofícios que obtivemos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

No primeiro capítulo, discorremos sobre o processo de implementação do desenvolvimento acelerado do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. No segundo capítulo, abordamos as conseqüências deste modelo de desenvolvimento para os desentendimentos com o FMI. No terceiro e último capítulo, problematizamos os efeitos, causas e resultados do processo de “rompimento com o FMI”.

ABSTRACT

The turning point of this dissertation is the severed of Brazil MIF relations in 1959. The classical populist theories are not enough to analyze such phenomena, though we combine with it developmentist theory in order to clarify the meaning.

The basic sources for this work was reports, letters, memorandum, and other documents produced by Secretaria de Estado das Relações Exteriores during Juscelino Kubitschek government.

Índice

Introdução.....	06
APRESENTAÇÃO.....	07
MATERIAIS/ FONTES.....	08
OBJETIVOS E HIPOTHESES.....	09
ESTRUTURA.....	11
Capítulo I.....	20
PROGRAMA DE METAS.....	21
O NACIONALISMO SÃO AS METAS.....	17
Capítulo II.....	20
ANTECEDENTES.....	21
O DIÁRIO POPULAR.....	38
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	44
DESENTENDIMENTOS COMO FMI.....	48
DESENTENDIMENTOS NA POLÍTICA DOMÉSTICA.....	52
NACIONALISTAS E ENTREGUISTAS.....	53
Capítulo III.....	54
O “ROMPIMENTO” COM O FMI.....	55
ALTERNATIVAS AOS DESENTENDIMENTOS.....	60
ROMPIMENTO SEM DIVERGENCIAS.....	65
DIVIDENDOS DOS DESENTENDIMENTOS.....	67
ROMPIMENTO LITIGIOSO.....	72
Conclusões.....	78
Bibliografia.....	84

Introdução

1. APRESENTAÇÃO

Trataremos em nosso trabalho do “processo de rompimento” com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961). Adotamos a decisão de JK, em junho de 1959, de “romper relações” com o FMI, como objeto a ser tratado nesta presente dissertação, certos de que encontraríamos, neste momento da história brasileira, um recorte analítico que nos possibilitaria o acompanhamento do processo de desenvolvimento do Brasil, localizando, nesta decisão de “ruptura”, alguns elementos a serem testados.

A opção de JK em anunciar publicamente os desentendimentos de seu governo com o FMI gerou uma série de especulações políticas, econômicas e da opinião pública, tanto no Brasil como no exterior. Analisaremos cada uma dessas perspectivas, e sua devida importância, ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Embora os trabalhos publicados sobre o período, ou mesmo a literatura específica, tenham feito referências a respeito desse processo de “rompimento com o FMI”, eles, invariavelmente, limitam-se a breves comentários sobre o tema. Gostaríamos de salientar que não há trabalhos específicos sobre o “rompimento com o FMI”.

Debruçamo-nos sobre o tema, certos de que nossa contribuição estará mais em fomentar discussões e pesquisas sobre o período do que chegar a conclusões definitivas sobre a questão.

2. MATERIAIS/ FONTES

Empiricamente, analisaremos em especial relatórios e telegramas diários dos trabalhos da Secretaria de Relações Exteriores e da Embaixada brasileira em Washington, obtidos no Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty. Seleccionamos o que seria fundamental para a compreensão de nosso objeto. Dessa forma, utilizaremos largamente os documentos que discutem o processo de desentendimento entre o Brasil e o FMI. Essa perspectiva possibilitou a interação de outras fontes de pesquisa no decorrer deste trabalho, pois, a partir dos relatórios confeccionados pela Secretaria e pela Embaixada brasileira nos EUA, constatamos que se tratava não somente das considerações de seus funcionários e embaixadores, mas de relatórios de opinião pública internacional, bem como as considerações de jornais como *The Washington Post*, e *The New York Times* sobre o referido assunto. Consideramos também que a opinião pública brasileira teria uma rica contribuição a dar ao processo de análise. Resolvemos localizar as publicações sobre o assunto dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Diário Popular* e *Última Hora* como indispensáveis nesta jornada.

Outra fonte de grande valia foram os documentos obtidos do *Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, CPDOC/FGV*. Entre a vasta contribuição documental, consideramos: a exposição do Presidente da República às Forças Armadas sobre a “Operação pan-americana”; as cartas trocadas entre JK e o Presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower; *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*; Discurso sobre a Operação Pan-americana.

Temos ainda a imprescindível colaboração de mais uma fonte institucional obtida na biblioteca do Congresso Nacional, que são os *Relatórios Anuais do Governo Federal*. Composto por cinco volumes, esses relatórios compreendem as decisões tomadas ao longo de cada ano administrado. São seus temas: Balanço de Pagamentos; Comércio Exterior; Políticas de Capitais Estrangeiros; Câmbio; Relações Externas como os Países Aliados.

3. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Os subsídios teóricos indispensáveis para a análise do objeto proposto concentram-se precisamente em localizar, no processo de “rompimento com o FMI”, duas hipóteses centrais que discutiremos ao longo do trabalho, e que, em conjunto com a documentação, compõem os fundamentos principais que permearam o tema. Poderemos assim, nesta jornada, chegar ao processo que chamamos de “desconstrução” desse objeto, para que possamos resgatar os seus atores, cada qual com sua devida contribuição ao aprofundamento teórico do tema. Desta forma, a problematização de nossa discussão se dará sob as seguintes perspectivas:

1. Partindo das considerações de Cardoso sobre os temas fundamentais do desenvolvimento desse período, temos: “Predominam dois tipos de orientação, que realçam as condições políticas do momento: uma, implícita na pressão das massas, se expressa na orientação ‘para a participação’ e dá origem a uma tendência ao “distributivismo” social e econômico; a outra, que coexiste com a anterior, manifesta os interesses dos novos setores dominantes na continuidade da expansão econômica nacional, agora orientada para o mercado interno, como continuação do sistema de dominação. Esta última tendência, que supõe politicamente o “nacionalismo”, possibilitaria ademais a ‘incorporação’ das massas ao sistema de produção e, em graus variáveis, ao sistema político. Estabelece-se assim uma conexão que dá sentido ao ‘populismo desenvolvimentista’, no qual se expressam interesses contraditórios: consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado”² Defenderemos a hipótese de que, no processo de “rompimento”, JK, ao anunciar publicamente os desentendimentos com o FMI, buscou apoio a seu programa desenvolvimentista nas massas urbanas, especialmente junto à classe operária, estudantes e alguns novos segmentos de classe

² CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. 2004. Ed. Civilização Brasileira. Página, 124.

surgidos com o processo de industrialização acelerada. A busca por apoio nas classes sociais brasileiras será analisada sob a ótica do “populismo desenvolvimentista”, nos moldes esboçados por Cardoso.

2. Considerando-se o populismo como um desvio de conduta do Estado para a cooptação das massas urbanas, salientou Weffort “El populismo fue un modo determinado y concreto de manipulación de las clases populares, pero fue también un modo de expresión de sus insatisfacciones. Fue, al mismo tiempo, una forma de estructuración del poder para los grupos dominantes y la principal forma de expresión política de la irrupción popular en el proceso de desarrollo industrial y urbano. Fue uno de los mecanismos a través de los cuales los grupos dominantes ejercían su dominio, pero fue también una de las maneras a través de las cuales este dominio se encontraba potencialmente amenazado. Este estilo de gobierno y de comportamiento político es esencialmente ambiguo y, por cierto, debe mucho a la ambigüedad personal de esos políticos divididos entre el amor al pueblo y el amor a las funciones de gobierno”.³
- Assentaremos a nossa segunda e principal hipótese no fato de que o “rompimento com o FMI”, de fato, não existiu. Teria sido uma manobra de cooptação de classes realizada por JK frente aos desajustes econômicos, acirramentos políticos e desentendimentos com a sua principal agência financiadora, o FMI, que visou assegurar o desenvolvimentismo acelerado do programa de metas; resgatar o apoio político partidário desgastado ao longo da administração; promover uma orientação das massas urbanas em direção ao desenvolvimentismo proposto pelo governo; demonstrar às classes dominantes a existência de condicionantes externos que estacavam o fluxo contínuo de investimentos; ocultar os constantes *deficits* na balança de pagamentos do país e a dificuldade de quitação dos compromissos econômicos externos; acalmar as manifestações de repúdio

³ WEFFORT, Francisco C. El populismo em la política brasileira. Brasil: hoy / Celso Furtado... et al; tradRosa Cuminsky 3.ed. México : Siglo Veintiuno, 1972.

ao governo JK.

4. Estrutura

Pretendemos, ao longo de três capítulos, demonstrar o processo de “rompimento com o FMI” no ano de 1959, utilizando a documentação obtida junto aos arquivos do *Palácio do Itamaraty*, órgão responsável pelos trabalhos da *Secretaria de Estado das Relações Exteriores*, e da Embaixada brasileira em Washington.

O primeiro capítulo abordará os planos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek. São considerados documentos como: *o Orçamento e a Política Interna e Externa e Defesa Nacional Americana; Operação Pan-Americana e seus Desdobramentos; O vigésimo terceiro Congresso Comunista e os Relatórios dos Estados Unidos da América sobre à América Latina.*

O segundo capítulo refere-se aos antecedentes do “rompimento” com o Fundo Monetário Internacional. Os documentos avaliados para a confecção deste capítulo foram: *As Relações Estados Unidos da América-América Latina. Ajuda Militar; Relações Interamericanas; Evolução Social, Econômica e Política da América. Referência à Operação Pan-Americana; Inquérito da Opinião Pública norte-americana; Lei de Segurança Mútua; Auxílio Econômico e Militar ao Exterior; Ajuda Militar à América Latina; Acordo brasileiro-americano sobre Fernando de Noronha; Negociações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.*

O terceiro e último capítulo ocupa-se do processo de desentendimento do Brasil com o FMI. Foram considerados documentos como: *Relações Políticas entre Cuba e Estados Unidos. Base Naval de Guantanamo; Relações Internacionais EE. UU – América Latina; Ida de Missão econômica Brasileira a Moscou; Nova Política de Empréstimos do “Development Loan Fund”; Relações Políticas entre Cuba e os Estados Unidos da América. Objetivos Básicos da Política Exterior norte-americana; Relatório do “Council on Foreign Relations”; Proposta Britânica para uma Revisão de Assistência aos Países Subdesenvolvidos; O Equilíbrio do Poder e a Revisão da Política Externa dos Estados Unidos; Comércio Internacional e Assistência aos Países Subdesenvolvidos.*

Capítulo I

Programa de Metas

“Invoco o progresso e o quero acelerado, em novas metas cumpridas sem hesitação nem retardamento, porque na emancipação econômica está a base da soberania, do bem-estar e da segurança nacional.”⁴ JK em seu livro “A marcha do Amanhecer”.

O programa de crescimento contínuo e ininterrupto de cinquenta anos em cinco, aliado aos desafios da política internacional e à previsão de “Tempos” no Plano de Investimentos do Governo Juscelino Kubitschek eram a base para a execução do Plano de Metas. “A absoluta liberdade de entrada e saída de capitais e rendas pelo mercado livre de câmbio traduz largo passo do Brasil no sentido de abolir os óbices cambiais em suas transações financeiras com o Exterior... Essa ampla liberdade, porém, não significa que o governo se abstenha de adotar uma política de seleção dos investimentos estrangeiros. Ao contrário, agindo principalmente através de estímulos cambiais autorizados pela nossa legislação, tem procurado canalizar o capital estrangeiro, quer sob a forma de empréstimos, quer sob a de inversão direta ou de participação, para a consecução do Plano de Metas previamente estabelecido, com racional programação econômica”.⁵

O Plano de Metas visou à fusão do capital estrangeiro com o capital privado nacional, interagindo com a assistência e a intervenção do Estado – que funcionaria como orientador dos

4 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. A Marcha do Amanhecer. 1962. Página, 15.

5 Relatórios Anuais. Tomo 1956. Página, 89.

investimentos – o que permitiria uma política cambial favorável e um trânsito de capitais externos em direção favorável à realização desenvolvimentista proposta pelo plano.

O Objetivo principal do Plano de Metas era acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e realizando novos investimentos em atividades produtivas.⁶ É importante ressaltar que as atividades produtivas advindas com o processo de “substituição de importações” evoluíram para novos setores de produção destinados ao mercado interno, mas foram implementadas sem levar em conta os fatores sociais e institucionais que seriam indispensáveis para a política de desenvolvimento.

“Em alguns países como o Brasil, os acontecimentos levavam a supor, principalmente nos anos 50, que não eram infundadas as esperanças nas possibilidades de um desenvolvimento auto-suficiente e autônomo. De fato, o processo substitutivo de importações alcançou a fase de implantação de bens de capital que, por suas características, parecia implicar a instauração de uma etapa nova e de natureza irreversível da industrialização brasileira, pois o efeito multiplicador da produção de equipamentos costuma acarretar um forte dinamismo econômico. Além disso, este tipo de indústria, diferentemente do que ocorre de forma usual, quando existe apenas a produção de bens de consumo, não permite facilmente a reconversão das indústrias ou sua eliminação nos períodos de crise. Os fatos, entretanto, tampouco neste caso, parecem confirmar o otimismo inicial, pois ao auge a que se chegou através do processo de substituição de importações seguiu-se, nos anos 60, um período de estagnação relativa, no qual continua submergida a economia brasileira”.⁷

Ainda que o impulso desenvolvimentista tenha ganhado força nos países da América Latina, com o acúmulo de divisas adquiridas com a crescente exportação durante o período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil notadamente difere do conjunto dos países latino-americanos, pois, durante a presidência do general Dutra (1946-1951), essa “poupança de divisas” foi liquidada. O período de

⁶ KUBITSCHKE, J – Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, p 39, in idem ao 4

⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. 2004. Ed. Civilização Brasileira. Pp 21

Dutra foi caracterizado não só por *deficits* crescentes ao Tesouro Nacional, como também pelo início de crise econômica, em função de que os programas de desenvolvimento foram realizados exclusivamente a partir de empréstimos e investimentos estrangeiros.

Juscelino Kubitschek, após ter anunciado as bases do Plano de Metas, visitou os Estados Unidos e vários países da Europa visando à obtenção de capitais estatais e também particulares provindos de industriais europeus ou norte-americanos. JK oferecia segurança normativa e constitucional para garantir a rentabilidade e a lucratividade dos capitais investidos. Certo de que o seu programa de desenvolvimento necessitaria de capitais externos, sob a forma de investimentos ou não, JK, ao assumir a Presidência, procurou imediatamente viabilizar a promoção desses planos. “Confiante, como sempre, na consciência legalista do povo brasileiro e de suas instituições, decidi imediatamente empregar os poucos dias disponíveis para ir intensificar a repercussão que o Programa de Metas tivera no exterior e aglutinar as atenções do mundo sobre o Brasil, em especial do mundo econômico.”⁸

Este era o ambiente para um desenvolvimento cooperado. Para aqueles que se dispusessem a enfrentar tal empreitada não faltariam ganhos reais. O governo inclusive se comprometeria a explorar ao máximo suas reservas naturais, dinamizando o fluxo de exportação e importação de bens e liberalizando o fluxo de capitais. É certo que o objetivo era retribuir o investidor com rendimentos efetivos e alcançar o objetivo de progresso econômico do país.

Juscelino, falando sobre sua plataforma de desenvolvimento: “Estimularei inicialmente as iniciativas industriais, pois precisamos integrar a economia nacional e fortalecer sua resistência às flutuações comerciais que emanam do exterior. Quero dotar o Brasil de algumas fundamentais indústrias de base, indispensáveis à expansão automática do mercado interno”.⁹ Ou seja, trazer capital externo, empregá-lo no desenvolvimento da indústria de bens industriais e devolvê-lo, junto à remessa do lucro obtido, ao lugar de origem. Desta maneira, a economia brasileira procurava solidificar-se através do aparelhamento tecnológico de uma indústria potencialmente nacional.

8 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. A Marcha do Amanhecer. 1962. Página 36.

9 Idem, página 42.

Limoeiro Cardoso a respeito do processo de “substituição de importações” discorre que: “Se a industrialização é o meio através do qual o subdesenvolvimento pode ser superado, o aumento da exportação – no seu *quantum* e na sua rentabilidade -, aliado à obtenção de recursos externos, constitui a forma de possibilitar a atualização daquele meio. Exportar e contrair dívidas no exterior para poder industrializar-se”.¹⁰

Países em desenvolvimento e dependentes da inversão de capital externo são extremamente vulneráveis às oscilações no volume de exportações de seus produtos primários e das importações crescentes de bens duráveis, geralmente de seus credores externos. Desenvolvimento associado que geralmente impõe-lhes manobras arriscadas, pois, na busca de capital gerador de capitais produtivos, existe um risco iminente de produzir-se também a dependência associada. “Assumindo o ponto de vista que informa esta política do Governo quanto a capitais estrangeiros, a entrada em massa desses capitais, mesmo que acompanhada de intenso movimento de sua saída posterior – sob a forma de lucros, dividendos, juros ou royalties -, é conveniente tanto para o Estado – que quer ver impulsionados certos setores da economia, setores vitais como infra-estrutura ou pontos de estrangulamento -, quanto para a iniciativa privada, nacional ou estrangeira – que deseja ter fortalecidos os seus próprios setores específicos”.¹¹

Para Juscelino, o desenvolvimento poderia estar, atrelado a um “nacionalismo dependente”. Esse nacionalismo é aqui entendido como a atividade do Estado em desenvolver a economia interna.. Seria o ponto de partida para o “populismo desenvolvimentista”, no qual se expressam interesses contraditórios: consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado.

Esta proposta de desenvolvimento foi elaborada por JK já sobre os moldes populistas, o que era coerente com a prática dos partidos políticos que formavam a base de seu governo - o PSD e O PTB. Tratava-se da herança populista de Getúlio Vargas.

10 CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed., 1978.

11 Idem op cit 177.

O Nacionalismo são as Metas.

*“Nosso nacionalismo não é arma política, é um estado de alma elevado, um impulso construtivo como o que se configurou, por exemplo, no Programa de Metas, que foi – ele sim – um esforço nacionalista, uma cruzada cujos objetivos múltiplos na aparência, em realidade se fundiram no grande objetivo único do desenvolvimento”.*¹²

O termo “nacionalismo” , que serviria de lema para o objetivo desenvolvimentista de JK, poderia ser substituído por “populismo desenvolvimentista”. Já na apresentação das diretrizes gerais do plano de desenvolvimento, Juscelino explicitou às massas os benefícios que obteriam com o apoio ao seu programa de governo. “Estou convencido de que em nossa geração se definirá o destino do Brasil: - seremos uma grande e rica Nação, se soubermos trabalhar intensamente e nos organizarmos para construir o nosso futuro; seremos uma grande e pobre comunidade, superpovoada e infeliz, se nos dedicarmos ao gozo presente, à ostentação e às disputas internas”.¹³

De acordo com o esquema do programa de industrialização do período, proposto por Cardoso, nota-se o ajustamento entre as suas seis premissas básicas e as perspectivas do programa de metas de JK. São elas:

- a) disponibilidade de capitais para serem reinvestidos no país;
- b) disponibilidade de divisas para financiar a industrialização;
- c) possibilidade de redistribuição de renda, ainda que moderada, para permitir a incorporação

¹² Idem, 114

¹³ CPDOC/FGV

das massas, dentro de certos limites;

- d) capacidade empresarial, pública e privada, para expandir a economia interna;
- e) um mínimo de eficiência e de responsabilidade nas administrações estatais;
- f) capacidade para consolidar uma liderança política capaz de se impor aos interesses contraditórios dos distintos grupos e de obter, eventualmente, períodos de conciliação entre os grupos em conflito, em nome do interesse nacional.¹⁴

Por outro lado, a utilização das massas como mão de obra, condição necessária para o processo de industrialização, deve ser analisada também sob o prisma de suas relações com a burguesia industrial, que se intensificaram no período. Devemos considerar que os temas “nacionalismo” e “populismo” são formas organizatórias da sociedade para o Estado desenvolvimentista. Para estas classes, o programa de desenvolvimento do Estado “populista-desenvolvimentista” assenta-se sobre as seguintes perspectivas:

- a) industrialização “liberal”, isto é orientada e conduzida diretamente pelos setores empresariais privados Este tipo de política de industrialização supõe, como é obvio, a preexistência de um setor agro-exportador vigoroso e hegemônico, que, de algum modo, se encontrasse também vinculado ao mercado interno, e que tivesse transferido parte de seus capitais para o setor industrial;
- b) industrialização “nacional-populista”, quer dizer, orientada por uma vontade política que expressa a pujança de forças sociais, como a burguesia, os setores médios e os populares (sindicatos), vinculados ao sistema de poder (ao Estado), os quais, junto com ele, compartilham, em grau diverso, a condução do processo de desenvolvimento;

¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. 2004. Ed. Civilização Brasileira. Pp 125.

- c) industrialização orientada por um “Estado desenvolvimentista”, processo no qual a debilidade do setor capitalista exportador-importador para produzir a acumulação de capitais e de reorientá-los para o mercado interno é compensada por um programa estatal que, através de um sistema impositivo, reorienta as inversões e fixa as bases da economia industrial; este caso aparece de preferência nas situações de enclave¹⁵

¹⁵ Idem

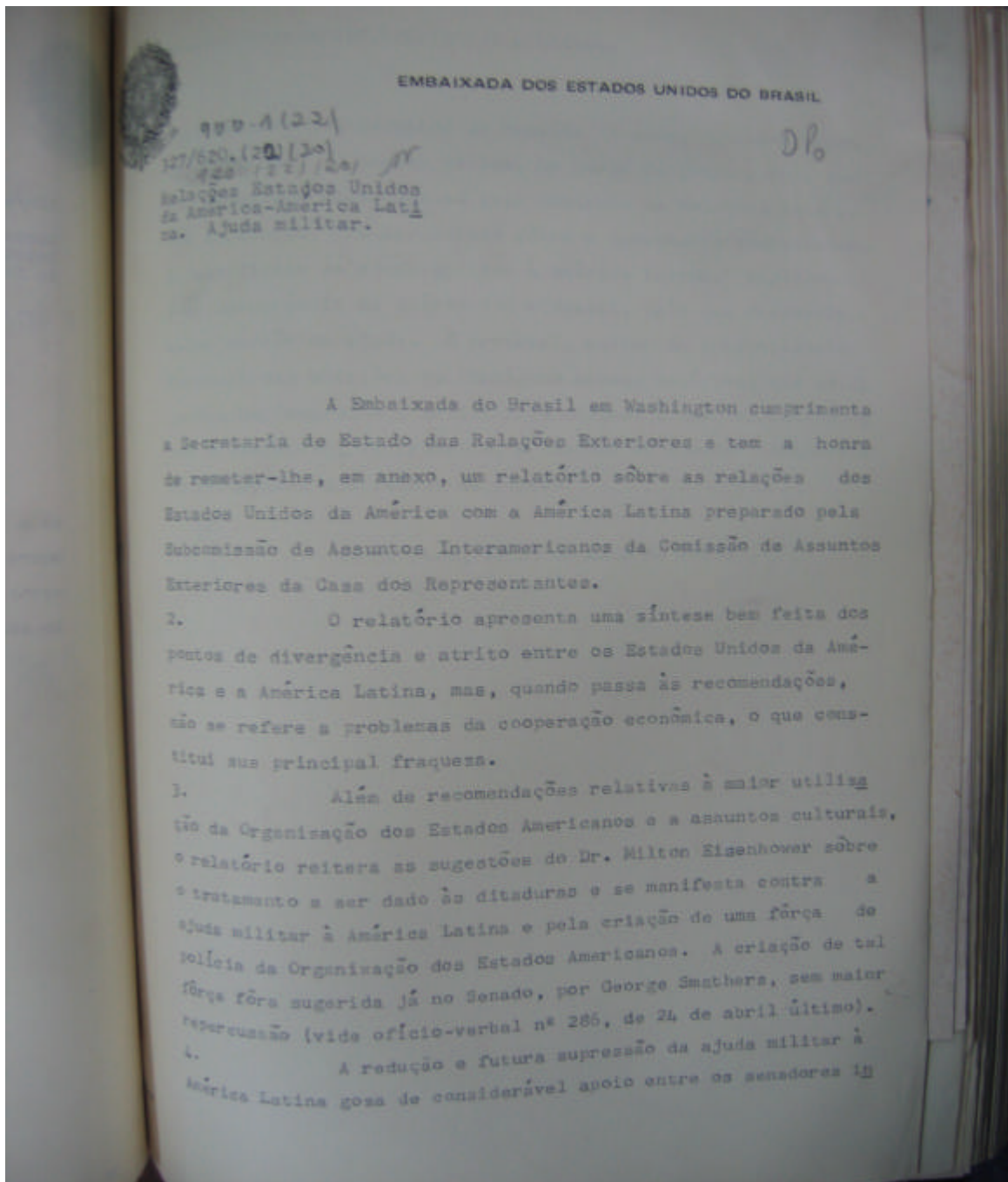
CAPITULO II

ANTECEDENTES

Motivada pelos ideais Pan-americanos, a diplomacia brasileira seguiu seus trabalhos convicta da liderança da unidade latino-americana e tendo por base, ainda, a crença em uma relação privilegiada com os Estados Unidos, que não priorizavam as relações nem com africanos e nem com latinos. A adoção desse tipo de política em relação aos Estados Unidos acabou por criar mais dificuldades do que soluções, particularmente em um momento delicado das relações políticas mundiais, em pleno período de guerra fria. A Operação Pan-Americana buscava alcançar o desenvolvimento para os países latinos, mas acabou evoluindo para a formação de um bloco coeso politicamente, o que dificultaria ainda mais a realização de investimentos, justamente por se tratar de uma política coletiva. Neste caso, o peso do conjunto das propostas foi maior que o peso das ações. Tratar-se-ia de um bloco de países com uma única proposta: o desenvolvimento. Como não se tratava de desenvolver um país específico, mas toda uma região, os Estados Unidos se situariam mais confortavelmente quanto à natureza de uma possível ação. Pontos de divergências e atritos entre os Estados Unidos e a América Latina configuravam mais a ação prática do que a teoria. Nesse ínterim os norte-americanos ganhavam tempo para tentar equalizar os problemas com o Oriente Médio, Leste Asiático, Europa e a União Soviética, que continuaram a ocupar o primeiro lugar em sua política externa.

“O Governo Eisenhower experimentou sucessivos reveses em sua tentativa de definir uma política firme para o Oriente Médio e o Sudeste Asiático, e mostrou não ter maior êxito nas relações com a América Latina. Depois da II Guerra Mundial, Washington dera baixa prioridade aos problemas do hemisfério”¹⁶ Alardeavam-se projetos no sentido de reforço à segurança anti-comunista., como foi o caso da sugestão de criação de uma polícia arregimentada pela Organização dos Estados Americanos. Substituíam-se os investimentos financeiros pela ajuda militar direta. Propostas como a abaixo reproduzida eram apresentadas durante o segundo quadri-semester do ano de 1959.

16 LEUCHTENBURG, William E. org. O século inacabado América desde 1900. 1976.2v. Página, 652.



¹⁷ Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro. 14 de maio de 1959

Concomitante ao panorama da política internacional, marcado pela ansiedade e tensão a cada nova ação estratégica dos blocos em jogo no tabuleiro mundial de guerra fria, o Brasil do desenvolvimento acelerado de Juscelino Kubitschek procurava solidificar seu Plano de Metas, adequando e dinamizando a política de comércio exterior, câmbio, balanço de pagamentos e investimento de capitais estrangeiros.

“Os estímulos oferecidos à nossa produção exportável, quer com a melhoria das bonificações aos exportadores, quer com a transferência de maiores contingentes de produtos para o mercado livre de câmbio, produziram resultados auspiciosos em nossas relações econômicas com o exterior, principalmente na segunda metade de 1959. Com efeito, inverteu-se mesmo a situação da balança comercial, que, encerrada deficitariamente no primeiro semestre, fechou em bases F.O.B. com saldo positivo ao término do exercício”.¹⁸

O responsável pelo resultado positivo da balança comercial do segundo semestre, contrariamente às premissas industriais do Plano de Metas, foi o café¹⁹. Registrou-se, , um dos maiores movimentos já apurados do comércio cafeeiro, superior em quase 40% ao volume e em cerca de 8% ao valor relativamente ao período anterior. No entanto, receita gerada pela comercialização de produtos primários, que se caracteriza por sua inconstância devido às flutuações do mercado internacional, não pode ser a indutora de um programa de desenvolvimento a longo prazo. A economia de subsistência, fonte primária de recursos dos países subdesenvolvidos, correspondia fielmente à promoção do desenvolvimento. Constantes altas nas vendas de produtos básicos seriam de fundamental importância neste processo. Exportar cada vez mais, para poder importar mais, equalizar positivamente os saldos de divisas e combiná-los aos investimentos de capitais externos – estes foram os fundamentos do

18 Relatórios Anuais, 1959, página 115.

19 Os Relatórios Anuais do governo JK de 1959 apresentaram que: “No comércio exterior, as exportações somaram 1 bilhão e 284 milhões de dólares, superando as do ano de 1958 em 40 milhões de dólares. Grande parte da melhoria em nossas vendas externas deveu-se ao escoamento de maior quantidade de café, que contribuiu com 56% das exportações globais. O algodão, os minérios, madeiras e outros produtos contribuíram com 461 milhões de dólares, isto é, 34 % do valor das vendas globais”.

programa de desenvolvimento acelerado em direção à industrialização. Isto representou o esforço do país em conquistar, por meios próprios, a possibilidade de caminhar de forma independente.

Neste processo desenvolvimentista acelerado, o saldo da balança comercial tendeu a se deteriorar diante do alto volume de importações e da relação de troca altamente desfavorável – produtos de base por produtos manufaturados-.

O Relatório Anual de 1959 apresenta em sua secção de política de comércio exterior e câmbio : “O Brasil defrontou-se, ainda, em 1959, com uma concentração de compromissos externos, a curto prazo – principalmente em moedas fortes – cujo declínio deverá processar-se a partir de 1964. Juntando-se àqueles encargos o ônus da deterioração nas relações de troca, determinada, na maior parte, pela queda dos preços do café, ter-se-á idéia de como estava ameaçada a nossa capacidade de importar, em 1959, e de quanto, conseqüentemente, se achava em risco a estabilidade econômica, política e social do país”.²⁰

O prejuízo decorrente das relações de troca acaba por aumentar a importância da entrada de capitais estrangeiros como forma de financiamento para o crescimento econômico. Novamente instaura-se o círculo vicioso do desenvolvimentismo acelerado. Quando o capital externo configura-se primordial neste processo, o Governo dedica-se a criar condições atraentes para os investidores estrangeiros trazerem recursos para o País. Segurança e lucratividade eram os atrativos maiores para este tipo de investimento. Ilustrativamente, ressalte-se que o Brasil acusou *deficit* ao final do ano de 1959 da importância de 176 milhões de dólares, sendo 150 milhões somente no primeiro semestre. “Estima-se que a entrada de capitais em 1959 atingiu 510 milhões de dólares. Destes, 338 milhões cobriram bens tangíveis, importados como investimentos de capital ou amparados por créditos obtidos no exterior. Os restantes 172 milhões representam recursos financeiros ingressados pelo mercado livre.

20 Relatórios Anuais, 1959, 114

Segue o relatório propondo que “Para neutralizar esses fatores adversos, já antevistos no início do ano, a política de comércio exterior e câmbio deveria necessariamente orientar-se para dois objetivos básicos: estimular as exportações, a fim de que o aumento de seu *quantum* compensasse, pelo menos, a perda ocorrida nos termos de intercâmbio e atrair a maior quantidade possível de capitais estrangeiros, de modo que a entrada líquida de poupanças externas viesse suplantar os pesados encargos de amortizações, juros e dividendos”.

Sob o aspecto de receita e despesa cambiais efetivamente realizadas, as transações comerciais deixaram um saldo positivo da ordem de 394 milhões de dólares que, adicionados aos ingressos de 172 milhões de pelo mercado livre, perfazem o total de 570 milhões de dólares. Estes os recursos com que contou o Brasil para cobrir grande parte do *deficit* previsto para Serviços e Amortizações, no total de 745 milhões. Assim, verifica-se residualmente o saldo negativo global de 176 milhões de dólares a que nos referimos”.²¹

Este resultado se deve ao processo de seleção, orientado para atender às exigências do desenvolvimento econômico acelerado, e ainda ao ingresso de bens tangíveis, que se concretizou quer como inversão direta de capitais estrangeiros, sem cobertura cambial, quer em decorrência de empréstimos contraídos no exterior. Os anuários do Governo Juscelino Kubitschek, respectivamente dos anos de 1957, 1958, 1959 e 1960 apresentam, quanto a balanço de pagamentos, constantes *deficits*, cada vez maiores e compromissos financeiros com maior prazo de liquidação. O montante dessa dívida não foi equalizado durante a gestão JK. Por outro lado, diversas propostas do Plano de Metas foram cumpridas. Inegavelmente, ocorreram avanços na industrialização de alguns setores da economia brasileira; no entanto onerosos custos à economia do País fizeram-se presentes. Juscelino Kubitschek enfatiza esta posição de desvantagem quando responde ao Presidente Eisenhower em carta, notificando-o da situação em que se encontrava a América Latina, e que foi publicada dentro do anuário referente ao ano de 1959: “Deveremos, portanto, ter a coragem de tirar as conclusões que a realidade nos apresenta. A verdade é que, apesar de todos os esforços anteriores, não se fez o suficiente e não se conseguiu uma taxa adequada de desenvolvimento para os povos latino-americanos. Querer atribuir a inquietação atual dos mesmos a simples propaganda ou agitação de agentes externos ao Continente seria ignorar o fato de que muito maior capacidade agitadora têm a pobreza e a frustração de povos economicamente estagnados. O problema consiste, portanto, em dar uma nova dimensão ao trabalho a ser realizado”.²² Trabalho econômico profundo e intermitente. Apesar de constatados

21 Relatórios Anuais, 1959, 119

22 Idem, 213

avanços industriais, a economia sofria o ônus de um crescente saldo negativo na balança comercial, fruto do acentuado estado de dependência econômica, agravado constantemente pela atualização monetária com os devidos acréscimos de juros, pagamentos de royalties e remessas de divisas.

O Diário Popular

“É indisfarçável que atravessemos uma fase econômica bastante difícil. A agricultura e a indústria têm absoluta necessidade de crédito para atender à produção e ao crescente expansionismo. Porém, este é restrito, e fomenta a atuação perniciosa do mercado-negro de dinheiro. Em virtude das transações efetuadas às custas deste processo anormal, os preços das utilidades sofrem maior impacto no mercado consumidor.”²³

Caracterizando a tendência corporativista do jornal *Diário Popular* ao governo do Estado de São Paulo²⁴, ainda é possível discernir, no texto acima, um viés político eleitoral na análise da realidade da economia brasileira àquela altura. Os recursos fundiários gerados pela agricultura e pela indústria – ambos de base – fomentariam o expansionismo crescente. O movimento financeiro de exportação e importação estaria gerando saldos negativos e a tendência de remessa de capital externo, resultado inerente à própria transação, foi caracterizada pelo jornal como “atuação perniciosa do mercado-negro de capitais”. Enfatizando-se a promoção de incentivos fiscais por parte do Governo paulista, que “tem promovido inúmeros estudos com o fito de promover isenções fiscais como forma de colaborar com o nosso desenvolvimento”²⁵, o jornal destacava a tendência para a estabilização dos preços de artigos essenciais, o que contrariava a lógica da política econômica adotada pela União. “Enquanto se verifica toda essa preocupação pelas autoridades do nosso estado, o governo federal executa uma política diametralmente oposta. Eleva a níveis cada vez mais altos os impostos afetos à sua órbita para fazer

23 Diário Popular 7 de maio de 1959.

24 Que seria governado até o fim de 1959 por Jânio da Silva Quadros

25 Diário Popular 7 de maio de 1959.

face a gastos que não condizem com a realidade nacional”.²⁶ Além da turbulência econômica intensificada neste período, Juscelino teria de enfrentar a crescente oposição ao seu governo, em razão da aproximação do período eleitoral. A campanha em direção à sucessão presidencial acirra-se e os resultados do governo JK eram diariamente questionados.

Constantes publicações a respeito da elevação do custo de vida no Brasil podem ser encontradas no período. Nesta mesma publicação do jornal *Diário Popular* de São Paulo, foi editada a conferência dada no *Instituto de Engenharia*, sobre o tema “Problemas Gerais do Financiamento do Desenvolvimento Industrial”, pelo então Presidente do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS* – Roberto Campos. Tratando do mercado financiador de títulos industriais no Brasil, Campos aponta as principais características da situação da indústria no Brasil: a) pequeno volume de poupança disponível; b) preconceito e ignorância por parte do grande público a respeito do mercado acionário; c) a ausência de legislação e instituições adequadas para assegurar a preferência do público aos títulos industriais; d) desenvolvimento incipiente de instituições destinadas à colocação de títulos e legislação inadequada sobre as taxas de juros. Campos encerra sua fala afirmando que “isso tudo além da inflação crônica que desestimula a fixação de poupança em títulos de renda fixa”.

A perspectiva apontada por Campos ao desenvolvimento industrial residiria na aquisição de títulos empresariais e na participação da iniciativa privada na aceleração do crescimento real da indústria. Sugere condições institucionais mais favoráveis à emissão de títulos industriais e sua colocação junto ao público. Uma sociedade que seria atraída ao investimento a partir da moderação da taxa de juros, o que tornaria mais segura a aplicação de seus recursos. Aponta taxas de investimentos discrepantes entre o Banco do Brasil e bancos privados. “No ano de 1958 a expansão de crédito para financiamento industrial foi considerável, ou seja, 24, 5% do Banco do Brasil e 25, 9% nos bancos privados, o que supera consideravelmente a taxa de incremento real de produção industrial que foi de 5% a 9%”. A liberalização da política econômica deveria ser praticada pelo governo Juscelino Kubitschek em direção à realização de seu programa desenvolvimentista. Dinamizando fluxos de

26 Idem

capitais privados sem intervenção estatal, alcançar-se-ia brevemente o avanço tecnológico e, conseqüentemente, um maior aquecimento econômico, pautado insistentemente nos trabalhos e esforços brasileiros.

“O café, que constitui o sustentáculo da economia brasileira, está na atualidade passando por sérios percalços. O excesso de produção mundial, com a conseqüente concorrência de mercado, nos tem acarretado dificuldades de monta. Alie-se a isto a atitude suspeita do governo, e fácil será aquilatar a extensão do problema”²⁷ O impasse agravava-se diante de conflitos econômicos agora gerados também no exterior. A crise do café debilitou sensivelmente a receita cambial do país. O governo procurou regularizar a oferta de café nos grandes mercados consumidores e dessa maneira, evitar maior deterioração nos termos de troca. Caminhavam lado a lado a crise econômica e as constantes agitações da opinião pública no Brasil. Diante da geração de crédito fácil, combinada à alta taxa de juros e congelamento de preços, a insatisfação nos meios de comunicação brasileira tornava-se constante e atualizada à medida que políticas paliativas eram adotadas pelo governo.

Diante dos transtornos econômicos pelos quais passava o Brasil, o jornal *Diário Popular* incita o debate fomentado na Confederação Nacional de Comércio e que foi conferenciado por José Luiz de Almeida Porto a respeito não só da própria economia, mas do rumo da segurança nacional. “A economia deveria também contribuir, graças a uma situação de equilíbrio, para a preservação da ordem e da estabilidade social”.²⁸ Certamente a incerteza dos próximos acontecimentos nas esferas econômica, política e diplomática, incitava previsões de toda ordem. A oposição política era constante e cotidianamente renovada diante das sucessivas convulsões econômicas noticiadas no Brasil. O esforço do governo em conter o avanço de problemas nem sempre lograva solução que acalmasse os ânimos gerais. Juscelino Kubitschek, ao tratar desse momento delicado e do papel que a oposição cumpria, incisivamente diz: “Não pode ninguém governar jamais, nem acertar, nem conduzir os

27 *Diário Popular* 27 de maio de 1959.

28 *Diário Popular* 4 de junho de 1959.

negócios públicos, sem ter quem o avise ou previna de perigos, quem se erga para mostrar desvios da rota, quem policie fraquezas, erros e enganos a que estão sujeitas todas as organizações, todos os atos e todas as pessoas”.²⁹

Juscelino, ao equalizar os partidos que viriam a compor seu governo, conseguiu a estabilidade política necessária para a aplicação de seu plano de governo. Antes de assumir, foi considerada a possibilidade de uma tentativa de golpe. Mobilizou-se o então Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, que ordenou a ocupação de prédios públicos, jornais, estações de rádio, tendo sido a presidência assumida por Nereu Ramos, que acabou garantido a posse de Kubitschek. Nas eleições para Presidente de 1955, a coligação partidária entre os representantes do Governo e da oposição representou positivamente o marco de um novo rumo estável na política brasileira. JK, a respeito, considera: “Não se tem notícia, na história política brasileira, de manobras e atos mais extremados no sentido de confundir, desanimar e intimidar um candidato em campanha e, depois, a disputar seu direito à posse. Enfrentei tudo com a consciência dos direitos constitucionais que amparavam o candidato. Eleito, fui empossado sem quebra de continuidade do regime”.³⁰

O partido que assumisse o poder poderia governar com um Congresso menos paralisado em virtude de disputas políticas. Poderia efetivamente desenvolver o seu programa de governo, contando ainda com um maior número de eleitores apoiando as decisões administrativas. Essa política de coligação partidária possibilitou que Juscelino avançasse os seus projetos e planos para o Brasil sem ter maiores entraves com o Congresso Nacional. A coligação que traria mais representatividade, e que era o somatório de forças comuns, sem dúvida era a do PSD e o PTB. Ao PSD caberia a obra de continuação administrativa de Getúlio Vargas e ao PTB a polarização da massa operária e a continuidade dos trabalhos de modernização da legislação trabalhista. Essa aliança, descrita por Maria Victória de Mesquita Benevides, seria essencial para a realização dos trabalhos no Congresso, pois o apoio efetivo a Kubitschek viria através da aliança majoritária PSD/PTB e dos pequenos partidos PTN

29 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *A Marcha do Amanhecer*. 1962. Página, 205.

30 Idem, 206.

e PRT. O auge do funcionamento desse sistema parece ter acontecido no período inicial do Governo JK. Cada partido recebe respectivamente os seus cargos. O PSD comprometido com o Ministério da Fazenda, a Pasta da Justiça e o Ministério da Viação, Obras Públicas e Relações Exteriores. E o PTB com a pasta do Ministério do Trabalho, com a política sindical e com o controle das reivindicações da massa.³¹ A aliança PSD/PTB, em termos de estabilidade política, foi muito mais eficiente enquanto aliança parlamentar e funcionou como bloco de apoio ao Governo.

Durante o período instável da economia brasileira, que precedeu o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, essa aliança partidária demonstrou suas primeiras fissuras. Os partidos de oposição, além de duras e severas críticas ao governo, incitavam a opinião pública³² desfavoravelmente ao governo Kubitschek, como foi o caso do *Diário de São Paulo*. O jornal, mesmo que em esfera paulista, tinha grande influência junto à opinião pública brasileira, principalmente por veicular notícias desabonadoras à perspectiva econômica do governo JK. O tendencionismo político era freqüente em sua linha editorial..

Iniciado o mês de junho de 1959 houve grande incerteza, - potencializada pela opinião pública - quanto à efetividade da direção econômica brasileira. Cogitava-se que os leilões de divisas seriam imprescindíveis à manutenção da estabilidade, além de atuarem no sentido de impedir a alta do custo de vida. Devidamente autorizado pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, o então presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Henrique Guedes de Mello, anuncia: “Faço questão de antecipar esta

31 BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek, Desenvolvimento e Estabilidade Política, Rio de Janeiro, 1979, 3.o Edição, editora Paz e Terra

32 A Secretaria de Estado das Relações Exteriores recebeu em 28 de maio, um inquérito de opinião pública norte-americana sobre as Relações com a América Latina coordenado pela “Foreign Policy Association, Inc” de Nova Iorque, prestigiosa instituição de fins não-lucrativos. Encomendado pelo Estados Unidos da América sobre a adoção de políticas desenvolvimentistas para a América Latina, este inquérito constatou que setenta e cinco por cento dos interrogados eram da opinião que a América Latina deveria receber, da política externa norte-americana, maior prioridade do que no passado. “Quanto às sugestões para ação do Governo norte-americano é curioso notar a predominância do interesse pelas questões educacionais e culturais em geral: 82% os participantes favoreceram a melhoria dos sistemas educacionais, como o problema latino-americano mais importante e 86% consideram que, de onze medidas da política externa sugeridas, a mais promissora era a expansão dos programas de intercâmbio cultural e de estudantes e o encorajamento do estudo das línguas e culturas latino-americanas nas escolas dos Estados Unidos da América. Em segundo e terceiro lugar, respectivamente, vinham os esforços para a estabilização de produtos de base e a expansão da ajuda econômica e técnica. Não é imediatamente perceptível a motivação dessa preferência pelos meios culturais na execução da política americana em relação à América Latina. Dois fatos, talvez, sejam relevantes para explicá-la: a política cultural é mais barata do que ajuda econômica, consideração importante para o “taxpayer” médio e 25% dos participantes no inquérito eram estudantes”

Em meio ao conturbado cenário nacional, no sexto dia do mês de junho, a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos enviou para o Palácio do Itamaraty a seguinte instrução da ordem do dia: “Lei de segurança mútua; auxílio econômico e militar ao exterior; ajuda militar à América Latina; acordo brasileiro-americano sobre Fernando de Noronha”. Constava de um relatório, precariamente montado a partir de recorte de jornais e do “Congressional Record”, em que se publicaram discursos, notícias e comentários sobre a Lei de Segurança Mútua do Congresso Norte-Americano. O seu sentido foi o de notificar a *Secretaria de Estado das Relações Exteriores* quanto às discussões que estavam sendo realizadas em Washington, sobretudo sobre a América Latina e o Brasil. Intensificavam-se os trabalhos de política externa enquanto tentava-se acalmar os ânimos dos políticos opositores no Brasil. Inaugurando o segundo semestre de 1959, as propostas demonstraram que “A ajuda militar à América Latina está sendo atacada, portanto, dentro do Congresso tanto por motivos de ordem geral, como específicos à região, por grupos que: 1) são contrários a toda forma de ajuda exterior; 2) favorecem a ajuda econômica de preferência à militar, especialmente Mansfield³⁴ e Fulbright³⁵ (vide ofício número 298, de 28 de abril último); 3) Concentram as críticas no aspecto confidencial da ajuda militar, como parte da campanha geral contra a extensão indevida da discriminação do Executivo baseada na alegação de segurança nacional (Mansfield e Church); 4) consideram que o auxílio militar, embora justificado em países em posição estratégica perigosa ou cujas economias permitem a manutenção de postura defensiva adequada, não se justifica para América Latina, dada a sua marginalidade e pobreza (Fulbright, Smathers, Morse e etc.); 5) julgam as necessidades e condições do continente à base da experiência peculiar à América Central e Antilhas; 6) impressionam-se extraordinariamente com o argumento, válido essencialmente para a sub-região mencionada no item anterior, de que a ajuda

34 Senador americano Mike Mansfield realizou trabalhos durante 34 anos no Congresso, incluindo quinze como líder democrata do Senado. Especialista em assuntos asiáticos, foi embaixador no Japão.

35 Senador William Fulbright, educador, intelectual e membro do Congresso por mais de 30 anos, além de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado entre 1959 e 1974.

Fulbright também incentivou a fundação da ONU e criou em 1946 o programa de bolsas de estudos internacionais.

militar, ao invés de servir à defesa hemisférica, dá meios aos ditadores para manter-se no poder e portanto, cria animosidade popular contra os Estados Unidos da América”.³⁶

Enquanto os Senadores, Mansfield, Fulbright, Smathers, Morse concordavam que a ajuda à América Latina deveria realizar-se efetivamente dentro da política de cooperação internacional dos Estados Unidos, discordavam, no entanto, quanto à qualidade de tal ajuda. A questão controversa era se a mesma deveria ser militar, com subsídios ou até mesmo com envio de tropas norte-americanas para a manutenção democrática na América Latina ou se realizaria através de investimentos econômicos, como tentativa de desenvolver o continente, obtendo, dessa forma, maior efetividade no combate à subversão ideológica dos anos de guerra fria. Todos eles, no entanto, convergiam suas opiniões quanto a um ponto central e conclusivo: a natureza da situação em que se encontravam os latino-americanos, isto é, ”marginalidade e pobreza”. A Embaixada brasileira em Washington resigna-se na leitura que fez dos trabalhos do Congresso. Adianta a *Secretaria de Estado* que “É de se supor, entretanto, que a ajuda militar e a econômica por doação, disfarçada sob o título “defense support”, não sofre modificação maior (além da habitual redução de 10 a 20% em relação ao proposto)”.³⁷

Diante da instabilidade econômica em que se encontrava o Brasil, recursos providos da política de auxílios dos Estados Unidos não poderiam ser mais contabilizados a curto e médio prazo. Os esforços brasileiros em dinamizar a economia não encontravam mais saídas em ambiente doméstico. E, neste momento, não poderiam contar também com a saída estadunidense. Qualificada pela Embaixada como “doação”, essa ajuda não teria modificação quantitativa; ficaria estancada nos mesmos 10 a 20 %. Conseqüentemente o Brasil, além de assegurar o tratado de cooperação hemisférica intitulado pelos norte-americanos de “defense support”, teria que encontrar outro meio para o equilíbrio de suas finanças, para diminuir a tensão política interna e para cumprir mais um ano e meio de administração Juscelino Kubitschek.

No caso da ajuda militar à América Latina, o Executivo viu-se forçado a dar informações sobre

36 Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro. 6 de junho de 1959.

37 Idem

as razões do aumento no próximo exercício e para tanto, veio a indicar as parcelas principais. O aumento proposto teria resultado do acordo do Brasil com os Estados Unidos para o estabelecimento da base de acompanhamento dos projéteis teleguiados em Fernando de Noronha. Os representantes do Pentágono insistiam em que tal ajuda se destinava à defesa do hemisfério e se devia às maiores responsabilidades do Brasil como consequência do estabelecimento da referida base.

O desenvolvimento da base de segurança teve importância significativa no desenvolvimento da base econômica. A realização de investimentos na América Latina foi real, embora a ajuda militar tenha sido proporcionalmente maior do que o próprio fluxo de capitais. A instalação da base norte-americana em Fernando de Noronha consubstancia a política de segurança que os Estados Unidos tinham para a América Latina; conseqüentemente, para Brasil. A Embaixada do Brasil em Washington, a respeito da base, narra que o Congresso procurou silenciar-se sobre o assunto, não mais prosseguindo a discussão.: “Procuravam, dessa forma, isentar a ajuda militar ao Brasil da crítica congressional de que a ajuda militar à América Latina favorece os ditadores e aliena as simpatias populares. Os críticos do Congresso mudaram um pouco de terreno de combate”.

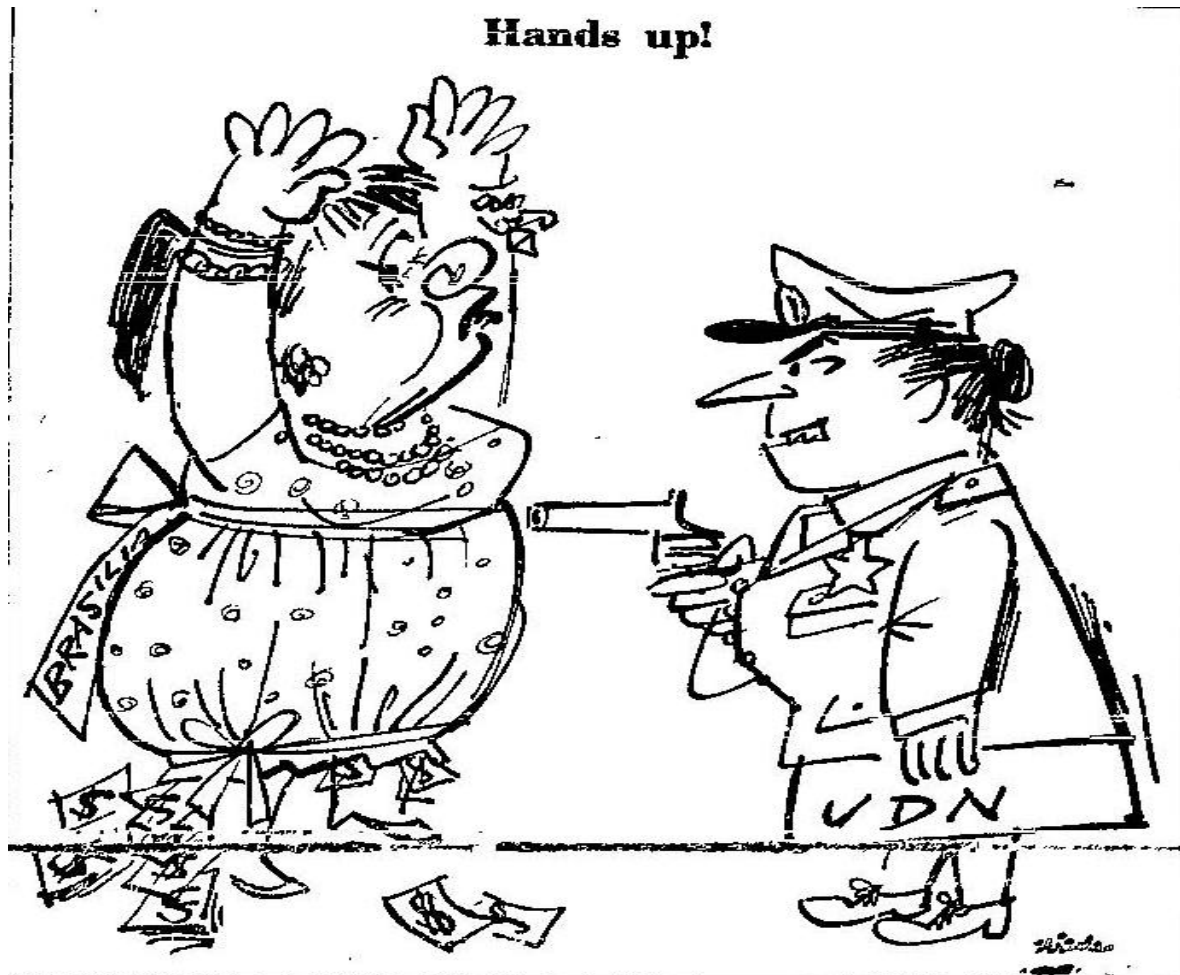
Houve também outras propostas, como a de ser retirada parte dos investimentos da ajuda militar, transformando-os em depósito em um fundo de empréstimos para os latino-americanos, o que já era aguardado ansiosamente pelos mesmos. “É certo que as Comissões de Relações Exteriores e as duas Casas do Congresso conseguirão autorizar maiores verbas para o Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento. A presente administração, embora sem querer diminuir a ajuda militar, aceitaria com prazer aumento dos recursos para empréstimos suaves, embora não no nível desejado por Fulbright e outros democratas liberais”³⁸ Poderiam os latinos beneficiarem-se não só da extensa ajuda militar³⁹,

38 Idem

39 Continua o documento tratando da situação militar: “Em anos próximos pode haver mudança na apresentação do programa, sua distribuição em rubricas diferentes, etc., mas sem maior alteração de substância. As seguintes razões parecem justificar tal prognóstico: 1) os países clientes dos Estados Unidos da América, na periferia da órbita soviético-chinesa, não podem dispensar o auxílio sem riscos inadmissíveis, pelos mesmos riscos psicológicos, a não ser que seja reduzida a tensão internacional em proporção que não é lícito esperar; 2) o critério dos chefes militares do Pentágono é decisivo na definição das necessidades defensivas; 3) a maioria do plenário das duas Casas do Congresso é a favor de cortes na ajuda ao exterior, mas compreende melhor a ajuda militar, de motivação mais simples e imediata, do que a econômica; 4) o fenômeno social normal de que as burocracias empregadas na aplicação do auxílio militar, e na de outras formas de ajuda, bem como os

como também tomar empréstimos “suaves” para a continuação e gerenciamento de suas administrações regionais.

40



Enquanto o Governo brasileiro procurava resgatar esses investimentos, mesmo que sob a forma de empréstimos, o palco do cenário político, em virtude da aproximação das eleições para presidente, como caracterizou o jornal *O Estado de São Paulo* na charge acima, trazia uma intensificação dos opositoristas ao cumprimento de leis e regulamentos nacionais, como propunha a UDN. Atitude

fornecedores, têm interesses criados e geram resistência e inércia na Administração; 5) no caso específico da América Latina, o aumento das verbas pedidas para o exercício 1959-60 é ocasional – decorrente de entendimentos ad-hoc com o Brasil -, o que possibilitará o retorno da ajuda aos níveis de anos anteriores, a partir de 1961; 6) no próprio caso da região do Caribe, havendo a Consolidação dos novos regimes democráticos, reduzir-se-á a campanha de exilados liberais contra o fornecimento de material bélico aos países da região. 7) é sabido que, na maior parte das vezes, negado o auxílio militar, os países latino-americanos se verão tentados a buscar fornecimento na Europa, mesmo pagando-os. Na verdade, o interesse por armamento na América Latina se intensifica ou dilui por motivos as mais das vezes de ordem interna. Atribuí-lo às facilidades de ajuda americana é tomaro sintoma pela doença”.

40 O Estado de São Paulo 5 de junho, de 1959

intimidatória que contaria, inclusive, com a participação de Carlos Lacerda. Em janeiro de 1954, Lacerda participou da coligação partidária de oposição ao governo e integrou, com o Partido Liberal e a UDN, frente oposicionista, inicialmente ao governo Vargas, e que estender-se-ia à candidatura de Juscelino Kubitschek. Ele mesmo, Lacerda, falando sobre as eleições de 1955: “Nesse sentido, a candidatura de Juscelino traz um vício de origem dificilmente sanável. Ela encarna uma fórmula personalista, oportunista e destituída de conteúdo popular autêntico. Cai, assim, da dependência dos “populistas” para dar massa popular ao ardil político de uma minoria de aproveitadores; ou nos encosta na parede para que a apoiemos como “menor mal” o que vem a ser, na conjuntura brasileira, uma calamidade – porque a situação do Brasil já não permite soluções medíocres”.⁴¹ Na campanha presidencial de 1960, diante do esgotamento da imagem política de Juscelino, o governo tentando dar continuidade à sua política desenvolvimentista, procurou estreitar relações partidárias, sugerindo aliança entre PSD, PTB e a UDN. “A tentativa de aproximação da aliança PSD-PTB com a UDN, o maior partido da oposição, foi rechaçada por Carlos Lacerda, um dos principais líderes udenistas, que defendia o nome de Jânio Quadros para candidato do partido à presidência da República”.⁴² Novamente, Lacerda incitava forte oposição ao governo, do mesmo modo que fez no caso do movimento de 11 de novembro de 1955, que resultou na ocupação pelo exército brasileiro de muitos pontos das cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e no próprio bloqueio ao palácio do Catete.

Essa instabilidade política, somada às convulsões econômicas, resultaria no Brasil de junho de 1959. Líderes do PSD, em reunião realizada no Ministério da Justiça, consideraram grave a situação política e opinaram por uma solução de resgate à unidade nacional. Por outro lado, consideravam-se outras formas de resgatar a unidade nacional, não necessariamente atrelada à questão partidária.

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, as agitações que ocorreram no movimento de 11 de novembro, que culminaram na ação dos militares como forma de forçar o respeito à disciplina militar, teriam “ressurgido” às vésperas da nova eleição presidencial. “De fontes bastante vinculadas aos

41 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC/FGV

42 Idem, A trajetória Política de João Goulart. CPDOC/FGV

assuntos do Ministério da Guerra, sabe-se e foi divulgado que os militares do “novembrismo” andam inquietos, ou melhor, agitados. Registra-se na imprensa que as declarações do Sr. Amaral Peixoto, “colocando em plano secundário” a candidatura do Marechal Lott, causaram verdadeira indignação no seio do grupo militar mais atuante do 11 de novembro. O mesmo noticiário informa ainda que “as clássicas reuniões de oficiais superiores, que anteciparam o movimento de 1955, voltaram a ser realizadas em diferentes locais”.⁴³

Posto que as eleições ocorressem em outubro de 1960, a desestabilização política em meados de junho de 1959 preocupou as bases governistas. A coligação partidária entre PTB e PSD, que teria logrado grandes resultados, inclusive em aceitar a participação de Luís Carlos Prestes, entre outros acordos, demonstrava constante enfraquecimento e intermitente declínio em suas relações. O ressurgimento manifesto de oposição militar gerou um novo desafio para as bases governistas, sobretudo quando vinda de um membro que não só compunha o governo, como era membro do PSD, que foi o caso do Marechal Henrique Lott, descontente por não ser cogitado para as futuras eleições presidenciais. Juscelino, consciente de seus compromissos nacionalistas e constitucionalistas, salienta: “Devo acrescentar, ainda, que não admitiria igualmente se pretendesse abreviar, quanto ao tempo ou sob qualquer forma, o mandato que o povo me conferiu por um quinquênio, que não permitiria jamais que o prazo do meu exercício no cargo de Chefe do Governo, com término em data fixada constitucionalmente, como fatal e intocável, fosse diminuído de um dia ao menos, de uma hora sequer. E considero – disto tenho toda a consciência – meu maior serviço ao regime democrático, igual ao do candidato que chegou às urnas, este de haver cumprido integralmente o meu mandato de Presidente da República, o que fiz com a ajuda de Deus e o apoio da opinião pública – tranqüila e confiante”.⁴⁴

No caso da ajuda da opinião pública, como salienta Juscelino, sem dúvida comporia ela uma importante aliada. O caminho que percorreria a política de governo do então Presidente direcionava-se a uma saída plausível, utilizando a própria opinião pública como aliada na tentativa de resolver os

43 O Estado de São Paulo 5 de junho, de 1959.

44 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. A Marcha do Amanhecer. 1962. Página, 206.

malogros da política interna brasileira. Esta parceria reforçaria o brilho já desgastado da atuação política de JK, e seria fundamental para que se pudesse chegar ao fim do mandato presidencial com maior tranqüilidade que naqueles dias turbulentos dos noticiários tormentosos.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL

“O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 e tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 184 países membros. Juntamente com BIRD, o FMI emergiu das Conferências de Brentton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do Pós-guerra. O FMI objetiva evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros possam prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. O Fundo favorece a progressiva eliminação das restrições cambiais nos países membros e concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, o FMI planeja e monitora programas de ajustes estruturais e oferece assistência técnica e treinamento para os países membros”.⁴⁵

Essa é a caracterização do FMI que o *Ministério das Relações Exteriores* (MRE) expõe em sua *home page*. Retomando brevemente o texto, diz o MRE que o FMI “... objetiva evitar desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais nos países membros...” e “... concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos”. Essa definição confrontou-se com a política desenvolvimentista de JK, quando ficou claro que o Fundo seria utilizado em seu governo como fonte intermitente de resgate de capital destinado à execução de sua obra maior, que foi concluir rapidamente o Programa de Metas. O governo brasileiro começou a transgredir o estatuto do FMI, do qual foi ativo membro participante e país membro fundador. Mesmo consciente dos deveres estatutários que o Brasil era obrigado a respeitar, o cumprimento dessas determinações foi

45 Ministério das Relações Exteriores. Home Page MRE

abandonado pela política externa exercida nos anos JK. As dificuldades nas relações entre os mesmos tornavam-se patentes para ambos os lados.

Resgatando empréstimos sob o pretexto de combater os convulsivos movimentos cambiais, o governo brasileiro acabou por dirigir esses recursos para desenvolver o plano tecnológico, a arrancada industrial e a consolidação dos 50 anos em 5. Como bem caracterizou o MRE, esses fundos são concedidos “temporariamente”, como solução emergencial, o que destoa da perspectiva juscelinista, que os utilizou como fundo perene para alavancar seu desenvolvimentismo. Mesmo cômico de que sua atitude feria a conduta estipulada pelos demais membros do Fundo Monetário, não cessariam os trabalhos até a obtenção de um novo empréstimo estipulado em 300 milhões de dólares. Cifra bastante considerável, posto que, no ano precedente, foi consumado um resgate de 37 milhões de dólares que não havia sido quitado. Nesse sentido, a instrução dada ao *Ministério da Fazenda* e à *Superintendência de Moeda e Crédito - Sumoc* foi a de somar esforços no sentido de pressionar o FMI para o saque do valor pleiteado.

A autoridade decisória máxima do FMI é a Assembléia de Governadores, formada por um representante titular e um suplente de cada país membro, geralmente ministros da economia ou presidentes dos bancos centrais. Dessa forma, o Brasil, assim como os demais membros do FMI, é responsável pelas decisões que porventura sejam tomadas, mesmo que seja quantificado, em cotas percentuais, o seu poder voto. A pressão por novos empréstimos não corrobora a natureza de tal entidade. O próprio FMI, qualificando a ordem de seus trabalhos, enfatiza que: “Cuando un país miembro obtiene un préstamo del FMI, las autoridades del país se comprometen a aplicar ciertas políticas económicas y financieras, requisito que se conoce con el nombre de “condicionalidad”. La condicionalidad permite al FMI vigilar que el préstamo se esté utilizando eficazmente para resolver las dificultades económicas del prestatario, de modo que el país pueda rembolsarlo de manera oportuna y los demás países miembros puedan disponer de los fondos de la institución si los necesitan. En los últimos años, el FMI se ha centrado en focalizar y racionalizar la condicionalidad a fin de fomentar la

identificación de los países con políticas sólidas y eficaces.⁴⁶

Essas “ciertas políticas económicas y financieras” destinam-se fundamentalmente a resolver as disparidades econômicas existentes nos países membros. Estipula-se, igualmente, que o país sacador deve investir parte desses recursos em áreas como educação, saúde e combate à miséria. Assim, a nação poderia combater a causa e o seu respectivo efeito. Controlando a economia e executando o programa assistencialista, o país conseguiria amortizar o impacto de uma eventual crise econômica. A partir dessa primeira ação efetiva de controle, seriam criados incentivos e programas de auxílio ao desenvolvimento econômico, visando justamente a não ocorrência de novas crises. O caráter de coletividade da instituição rogou auxílios permanentes aos seus membros. Semelhante aos trabalhos de uma cooperativa, onde todos são proprietários com cotas de ações, os esforços deveriam ser canalizados em prol da entidade. Ao assumir um novo pleito de empréstimo, o país solicitante corrobora as prerrogativas acordadas em estatuto previamente estabelecido. Inclusive porque o país que solicita empréstimos ao Fundo tem que quitá-los. Exatamente para que “los demás países miembros puedan disponer de los fondos de la institución si los necesitan”.

“How is compliance with program conditions assessed? Most IMF loans feature **phased disbursements**. This allows the IMF to verify that a country is continuing to adhere to its commitments before disbursing successive installments. Program monitoring relies on several different tools”.⁴⁷

Para a realização de novos saques, como o próprio Fundo salienta, é preciso que o país esteja incluído no programa “escalonado” de novos empréstimos. Desta forma, a instituição pode melhor controlar e comprovar se o país está cumprindo os compromissos contraídos, antes de contrair novas dívidas.

46 International Monetary Fund. Home Page

47 International Monetary Fund.
Home Page

Segue o programa de base, composto por vários mecanismos diferentes para a realização do processo de novos empréstimos. São eles:

- 1) Ação prévia: são medidas que um país deve adotar antes que o Diretório Executivo do FMI aprove o empréstimo ou comprove tal exame. Estas medidas são garantias para que o programa tenha êxito. Entre essas ações prévias constam o reajuste do câmbio a um nível sustentável, controle de preços e ajuste fiscal.
- 2) Controles de execução: são as garantias de que serão cumpridos os acordos para a realização do novo empréstimo. Os tipos de controle de execução são quantitativos e estruturais.
- 3) Critérios de execução quantitativos: são referências às variações macroeconômicas como as reservas internacionais, os valores monetários agregados e de crédito, saldos fiscais e empréstimos externos. Complementam-se também com as metas indicativas, que se estabelecem nos últimos meses do programa e logo se convertem em critérios de execução, com as modificações que se estimem necessárias, à medida que as tendências econômicas se tornem mais sólidas.
- 4) Critérios de execução estrutural: são utilizados no caso de medidas de importância crucial para o êxito do programa econômico. Estes critérios variam muito de um programa para o outro, mas podem incluir, por exemplo, medidas específicas para melhorar as operações do setor financeiro, reformar os sistemas de seguridade social ou reestruturar setores chave, como o da energia.
- 5) outro mecanismo importante de acompanhamento é o “exame do programa”, que permite ao Diretório Executivo efetuar uma avaliação ampla, de base, nos avanços da consecução dos objetivos do programa. Nos exames analisam-se as medidas políticas e se as modificações do programa são pertinentes à evolução da situação. Em alguns casos, o país pode solicitar a isenção do cumprimento de execução, quando suas autoridades tenham adotado medidas para corrigir tais desvios.

Todos esses mecanismos são condições necessárias e prévias à solicitação de novos empréstimos. Caracterizam-se fundamentalmente pelo seu teor técnico. Atualmente, estão todos esses

dispositivos disponíveis para consulta não só dos governos que fazem parte de sua estrutura, como também dos demais cidadãos que possam se interessar. O FMI disponibiliza os termos gerais de assistência financeira organizados em um organograma, o que possibilita identificar como são processados os pedidos de empréstimos junto àquela instituição. Aplicadas basicamente as novas diretrizes do FMI, a partir do ano 2000, ainda dessa forma pode-se calcular como segue a evolução dos processos apresentados a ele. São apresentadas as formas políticas para o auxílio, seguidos dos encargos de taxas básicas para recompra de créditos, calendários de expectativas em anos dos ajustes e o devido prazo para pagamento do empréstimo.

General Terms of IMF Financial Assistance				
Facility or Policy	Charges	Repurchase Terms		
		Obligation Schedule (Years)	Expectation¹ Schedule (Years)	Installments
Stand-by Arrangement	Basic rate ² plus surcharge ³	3¼–5	2¼–4	Quarterly
Extended Fund Facility	Basic rate ² plus surcharge ³	4½–10	4½–7	Semiannual
Compensatory Financing Facility	Basic rate ²	3¼–5	2¼–4	Quarterly
Emergency Assistance	Basic rate ² 4	3¼–5	N/A	Quarterly
Supplemental Reserve Facility	Basic rate ² plus surcharge ⁵	2½–3	2–2½	Semiannual
Poverty Reduction and Growth Facility, and Exogenous Shock Facility	0.5 percent per annum	5½–10	N/A	Semiannual
<i>Memorandum Items:</i> ⁶				
Service Charge	50 basis points			
Commitment Charge ⁷	25 basis points on committed amounts of up to 100 percent of quota, 10 basis points thereafter			

DESENTENDIMENTOS COM O FMI

O primeiro sinal de desentendimento com o Fundo Monetário Internacional aparece na imprensa em 6 de junho de 1959, no jornal *O Estado de São Paulo*, que noticia em seu caderno político: “Malograram os Entendimentos entre o Brasil e o FMI”. A respeito do assunto, o jornal evidência as exigências do FMI para a concessão de um novo empréstimo. Não se tratava de recursos inviabilizados pelo órgão, ou ainda, não se cogitava de um acordo previamente estabelecido. Tratava-se de um novo empréstimo pleiteado pelo Brasil, cuja concessão era analisada desfavoravelmente pelo Fundo Monetário. “O FMI observou que o Brasil não está cumprindo totalmente as promessas que fez ao receber o empréstimo de 37 milhões e meio de dólares, em 1958”.⁴⁹

Conforme os relatórios anuais do governo brasileiro, em 1958 o balanço de pagamentos foi desfavorável à economia do Brasil. O *deficit* gerado nesse ano, aliado ao desequilíbrio no ingresso de divisas e à queda do câmbio, foi contabilizado como prejuízo à economia brasileira. “Conforme se previra, a queda da receita cambial forçou a redução, logo no início de 1958, das ofertas nos leilões normais de câmbio. Todavia, graças a empréstimos compensatórios, esse decréscimo foi limitado a proporções que não representaram prejuízo para as atividades internas”.⁵⁰ Com as finanças em constante *deficit*, o Brasil pleiteou esse novo empréstimo sem sanar nem mesmo parte do contraído nos anos anteriores. O volume de importação era superior ao de exportação e o Brasil não cumpria os acordos firmados relativamente à política de empréstimos do FMI. Dessa maneira, a concessão de novo crédito não seria realizada em curto prazo. Por outro lado, o desenvolvimentismo acelerado pretendido por Juscelino Kubitschek não poderia aguardar por muito tempo a liberação desses recursos. Estava gerado o impasse entre JK e FMI.

O jornal *O Estado de São Paulo* segue em sua nota focalizando os pontos pendentes entre Brasil e FMI: “Os pontos salientes do plano que o Brasil deveria realizar seriam:

49 O Estado de São Paulo 6 de junho de 1959

50 Relatórios Anuais, 1959, 105

- 1) A redução da alta de custo de vida no Brasil. As fontes brasileiras afirmam que foram realizados progressos nesse sentido;
- 2) Redução no desequilíbrio verificado no orçamento nacional, que apresentava pesado *deficit*. Afirmava-se que o Brasil esperava equacionar o problema em 1960;
- 3) Fim da taxa múltipla de câmbio, existente no Brasil desde 1953. Afirmava-se no Brasil que algumas providências seriam tomadas com esse objetivo.

Notícias do Rio indicam que os brasileiros sentem que é impossível fazer mais do que se fez para se adequar ao programa do FMI”.⁵¹ Na apresentação dos três itens que o Brasil deveria prioritariamente executar, não constatou-se efetividade de ações em qualquer deles. Relativamente ao segundo item, onde consta que “providências foram tomadas”, não se especifica quais delas teriam sido efetivadas. A combinação de alta de custo de vida, pesado *deficit* e taxa múltipla de câmbio sintetizava não só o retrato da economia brasileira, mas demonstrava os primeiros sintomas patológicos do desenvolvimentismo acelerado de Juscelino Kubitschek.

A observação feita pelo *Estado de São Paulo* quando se refere ao sentimento predominante entre os brasileiros, que era o da impossibilidade de atender o programa do FMI, é um sugestivo indício da imagem e caracterização que o Fundo Monetário Internacional sofreu por uma espécie de senso comum, não só brasileiro, mas de toda a América Latina. Simbolizado como a personificação do imperialismo “*yankee*”, o FMI configurou-se, no interior do imaginário dos povos latinos, como a própria encarnação dos atos e medidas políticas dos Estados Unidos. Consolidava-se o sentimento de que o FMI era prioritariamente controlado pelos norte-americanos, o que não condiz com a realidade. O FMI é uma instituição essencialmente voltada às necessidades de seus membros em âmbito internacional. Os Estados Unidos fazem parte como acionista majoritário. Cabe à Assembléia dos Governadores, formada por titulares das nações participantes, a deliberação sobre a concessão de créditos.

51 O Estado de São Paulo 6 de junho de 1959.

Justamente por tratar-se de um fundo emergencial de auxílio econômico, seus trabalhos concentravam-se na diminuição dos efeitos negativos, não implicando em modificações na estrutura econômica do país membro. O FMI não patrocinava interferência direta na economia de país algum, em virtude de não ser essa a natureza de sua ação. Ao contrário, os países que requisitam empréstimos deveriam provar a necessidade de tal pleito diante da Assembléia dos Governadores. Caracteriza-se assim o ideal democrático praticado pelos países aliados dos Estados Unidos. A caracterização do Fundo Monetário Internacional como manifestação do imperialismo dos Estados Unidos é seria danosa aos países que constantemente requerem fundos de empréstimos. Poder-se-ia chegar à conclusão de que este país estaria contribuindo conscientemente para o seu próprio subdesenvolvimento, ao efetuar saques junto àquela instituição.

Quanto às condições de aplicação das medidas políticas exigidas pelo FMI aos países subdesenvolvidos, é forçoso reconhecer que não eram as mais adequadas a economias que não conseguiam estabilizar suas taxas de câmbio. Conseqüentemente, seus preços internos, corroídos por uma inflação invariavelmente elevada, incitavam falhas na disciplina fiscal. Essa distorção, geralmente, era conseqüência dos programas desenvolvimentistas acelerados, que procuravam sanar em poucos anos a disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O FMI caracterizava-se pelo apoio a economias avançadas, que não exigiam choques mais radicais e muito menos intervenção estrutural. Seria uma saída suave e passageira. Mesmo porque estas nações desenvolvidas eram proprietárias dos maiores percentuais de investimentos no FMI, o que lhes outorgava a maior parte dos votos e maior controle institucional também, não onerando, dessa forma, a economia do país requerente de tais formas de empréstimos.

Portanto, adequar a política do FMI a países subdesenvolvidos não traria resultados positivos. Ao contrário, geraria mais dívidas externas a quem a ele recorresse. José Serra aponta, nesse sentido, que: “na prática, a adoção integral do receituário do FMI – cortes de demanda global (gasto público e crédito), maxidesvalorizações (para depois estabilizar a taxa de câmbio), maior liberalização no

comércio exterior – era aceita com muita dificuldade no âmbito latino-americano. Este foi o caso do Brasil, onde, até 1964, perseguiu-se uma expansão industrial acelerada, recorrendo-se a políticas de controle cambial e de comércio exterior que horrorizavam os técnicos do Fundo. Houve atritos e recusas de financiamentos durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, cujas conseqüências foram negativas para o balanço de pagamentos brasileiro, inclusive porque outras agências financeiras internacionais sempre respeitaram o sinal verde ou vermelho do Fundo”.⁵²

Diante do “sinal amarelo” que despontava frente à solicitação deste novo empréstimo, a administração brasileira procurou informar-se sobre a possibilidade de resgate de fundos cuja concessão não transitasse pelos corredores do FMI. “Antes das negociações em Washington, o Brasil realizou consultas informais a respeito da possibilidade de empréstimos nos Estados Unidos, antes de recorrer ao FMI. Como resposta, informou-se ao Brasil que, caso não fosse conseguido um empréstimo no FMI, as solicitações de crédito dirigidas aos institutos de crédito norte-americanos seriam “consideradas com simpatia”.⁵³ O FMI estava tendo uma atitude intransigente quanto ao cumprimento do termo de responsabilidade político/econômico e o Brasil elucidava tal perspectiva procurando novas formas de obter os 300 milhões de dólares. Novas instituições de crédito norte-americano poderiam salvar o governo da crise dos balanços de pagamentos.

52 Apud SERRA, José. In, OLIVEIRA, Gesner. Brasil-FMI: Ilustrações e Perspectivas. Bienal, 1993. Prefácio.

53 O Estado de São Paulo 6 de junho de 1959

DESENTENDIMENTO NA POLITICA DOMESTICA

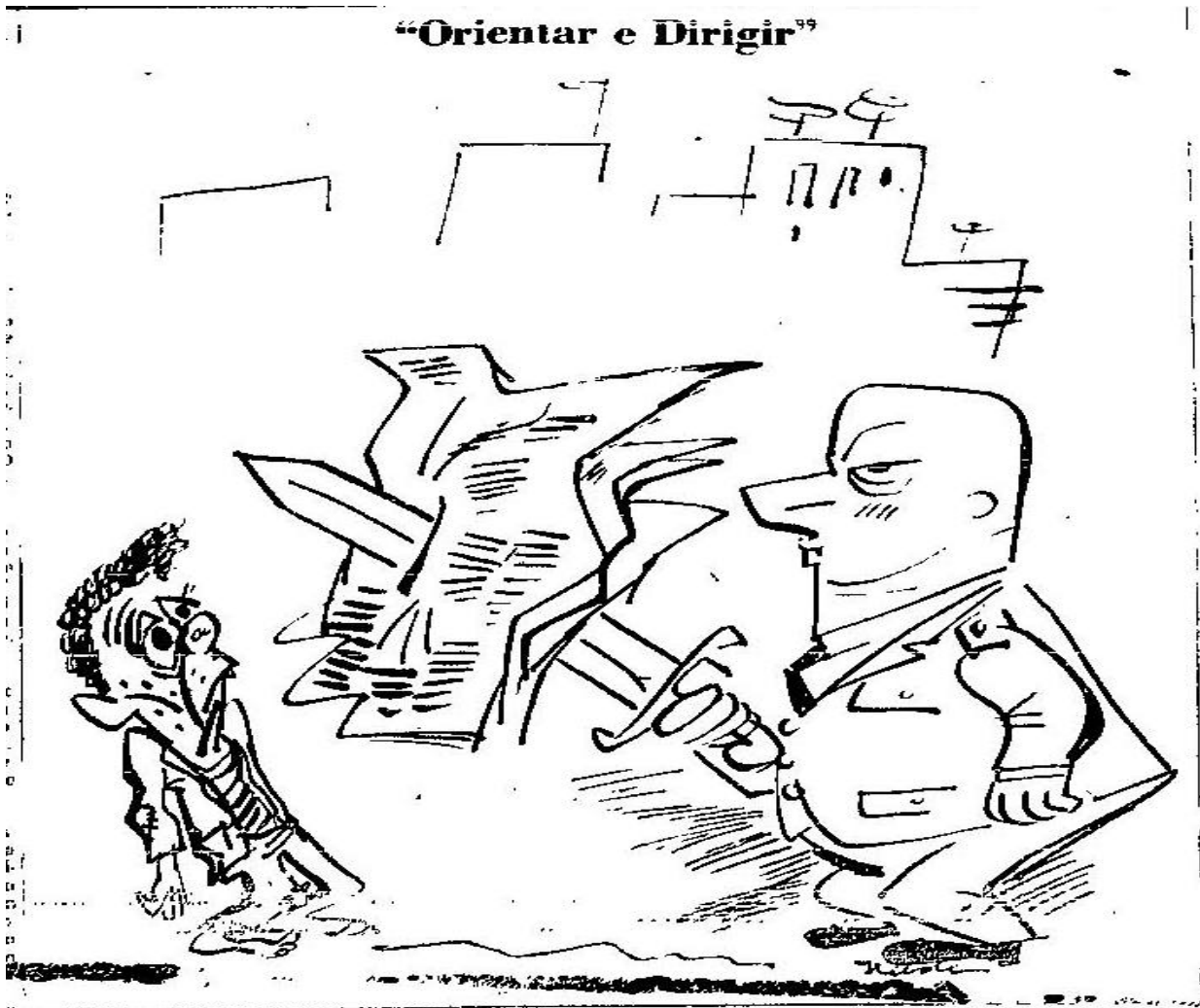
Durante o processo de negociações com o FMI, o líder da oposição ao governo JK, Carlos Lacerda, teve importante papel nas discussões que tentavam elucidar os malogros nos entendimentos entre governo e Fundo. Lacerda cobrou explicações do governo a respeito da transferência da ação técnica do FMI para a conversão de natureza política, procedimento utilizado pelo governo para desviar a atenção da opinião pública.

Realmente fez-se necessária análise minuciosa de tal operação, sobretudo pelo seu caráter inovador. Não houve, na História da diplomacia brasileira, uma conversão dessa natureza, pois o receituário do FMI sempre foi muito claro no que se refere a políticas de empréstimos, especialmente no plano técnico. O país que se utiliza de seus serviços deve enquadrar-se nas suas exigências.

Neste momento, o jornal *O Estado de São Paulo* considerou importante que houvesse averiguações sobre a real situação brasileira com o FMI. Demonstrou que, àquela altura, fazia-se necessário ouvir a oposição, no esforço de elucidar os tais desentendimentos. Tanto Lacerda quanto Raimundo Padilha, ambos representantes udenistas na Câmara, direcionaram os seus discursos nacionalistas à racionalidade técnica que exigia tal situação. Considerou o jornal que “os dois representantes udenistas mostraram, repondo as coisas nos seus lugares, que alguns daqueles bravos nacionalistas estavam, como está o governo, gritando errado. Gritaram contra a alegada “pressão” do Fundo Monetário Internacional, que é nenhuma”.⁵⁴

Os trabalhos daquele jornal continuaram enfatizando que não só havia informações desencontradas quanto aos desentendimentos com o FMI, como continuou salientando o estado de divergência que a informação de “rompimento” acarretava na política doméstica. Acrescente-se a este turbulento período a exaltação de ânimos em função da campanha de sucessão presidencial.

54 O Estado de São Paulo, 11 de Junho.



Esta publicação do jornal O Estado de São Paulo de 10 de junho de 1959 constituiu-se estruturalmente em uma diagramação sugestiva da situação da política doméstica e suas divergências no plano eleitoral, e das agitações oposicionistas; do grito nacionalista do governo e de seus correligionários; a presença desta caricatura; e o anúncio da suspensão das negociações com o Fundo Monetário Internacional. Esta produção editorial adequada ao formato utilizado pelo jornal configurou-

se desta maneira:

- 1) A Política doméstica e as agitações oposicionistas do governo estão apresentadas à esquerda do plano gráfico da folha.
- 2) O grito nacionalista e a crítica ao governo e seus correligionários estão apresentados à direita do plano gráfico da folha.
- 3) Ao centro está apresentada a caricatura.
- 4) Abaixo da caricatura e ao centro da folha, está apresentada a suspensão das negociações com o FMI.

56

PÁGINA QUINTA

Amplia-se o Movimento de Apoio a Fernando Ferrari

Com a definição da questão monetária em termos de duas capitulações firmes, em que pese a sobrevivência temporária de algumas outras formulações, como a do sr. Lúcio, aderecendo-lhe a legenda e apoio das forças, as atenções concentram-se na escolha dos companheiros de chapa dos dois aspirantes à chefia do Executivo Federal.

Deste modo os dirigentes petebistas, especulando com o momento formal da cúpula petebista ainda não lera o noticiário a respeito do sr. Ferrari, procuram atrair a atenção para si, procurando outras possibilidades de apoio.

Após receber, na noite de ontem, a visita de uma comissão de Ribeirão Preto, o governador Carvalho Pinto viu o seu nome tacitamente indicado para a Presidência da República, quando um dos oradores confessando-se adversário político do atual chefe do Executivo, afirmou que "as mãos do prof. Carvalho Pinto eram as indicadas para alisar as dobras da Pátria". O

"Orientar e Dirigir"



Violentos debates no Senado contra as decisões do F.M.I.

RIO, 10 "Estado" — Pela adoção que o F.M.I. passou em ordem, e a interrupção de sua execução, o Senado do Brasil, em sessão pública de ontem, discutiu as decisões do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) sobre a suspensão de suas negociações com o Brasil. O debate foi extremamente acalorado, com os senadores expressando suas opiniões de forma vigorosa. O sr. Eurico de Aguiar Salgado, presidente do Senado, afirmou que as decisões do F.M.I. são "inaceitáveis" e "contrárias aos interesses nacionais".

Gritando errado

RIO, 10 "Estado" — Pelo que se sabe, o sr. Eurico de Aguiar Salgado, presidente do Senado, gritou "errado" quando se referiu às negociações com o F.M.I. O sr. Salgado afirmou que as decisões do F.M.I. são "inaceitáveis" e "contrárias aos interesses nacionais".

Após o discurso do sr. Salgado, o sr. Eurico de Aguiar Salgado afirmou que as decisões do F.M.I. são "inaceitáveis" e "contrárias aos interesses nacionais".

Completado o rol dos membros do Senado, o sr. Eurico de Aguiar Salgado afirmou que as decisões do F.M.I. são "inaceitáveis" e "contrárias aos interesses nacionais".

Entretanto, embora as colunas sejam muito claras a respeito de seu conteúdo, esta caricatura destaca-se em meio às notícias por não haver menção alguma referente à sua natureza, cabendo ao leitor desvendá-la entre as demais notícias apresentadas. Sua natureza era diversa relativamente à outra caricatura apresentada, onde constavam os nomes das respectivas personagens - de um lado a UDN e de outro Brasília.

Sob as aspas “Orientar e Dirigir” pode-se observar que, em nenhum momento, a personagem que se apresenta como distinto senhor, devidamente trajado, agride a outra personagem. Apenas expõe papéis, através de sua espada, à outra personagem, caracterizada como um pobre de olhos centrados nos tais papéis. Ao fundo desponta o surgimento de uma cidade não muito bem caracterizada. Apenas traços gerais de edifícios modernos.

Considerando-se que o senhor distinto, em terno alinhado, empunhando sua espada, seja o Marechal Henrique Lott; que o pobre com olhar resignado ante os tais papéis seja o Brasil; que a cidade que surge ao fundo, pelos traços gerais que caracterizam edifícios modernos, seja Brasília; e, por fim, que os papéis empunhados pela espada sejam as diretrizes de campanha presidencial de Lott, chega-se à conclusão que o jornal *O Estado de São Paulo* optou por uma qualificação branda a respeito dos desentendimentos. Aliou ao processo de desentendimento do governo com o FMI as campanhas eleitorais, como forma de demonstrar ao leitor que os dois caminhavam lado a lado. Ao contrário dos demais jornais, não só de circulação nacional, mas de esfera estadual, e por vezes municipal, que abordaram o referido fato, ora enfatizando o discurso nacionalista, ora cobrando do Presidente maiores explicações da conduta adotada, mas, sobretudo, classificando-a como rompimento de relações.

Seguindo o plano gráfico da folha, no texto referente aos “Violentos debates na Câmara contra as decisões do FMI”, prossegue a nota: “Quem entrasse hoje pelo recinto da Câmara dos Deputados, na primeira parte da sessão, teria a impressão de que estávamos em guerra contra os Estados Unidos. Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, com mais alguns aderentes, fizeram ruidoso protesto

contra o rompimento dos entendimentos do o FMI, até que o Sr. Carlos Lacerda, ao lado dos srs. Raimundo Padilha e Hebert Levy, fez retornar a serenidade ao plenário, dando esclarecimentos de ordem técnica e pondo a questão nos seus justos termos”.⁵⁷ O jornal caracterizou laconicamente sua posição com um viés particular da suspensão das negociações com o FMI. A publicação ocorreu no dia seguinte ao anúncio oficial – 09 de junho de 1959 - realizado pelo Juscelino Kubitschek no Palácio das Laranjeiras.

NACIONALISTAS E ENTREGUISTAS

Internamente, os constantes movimentos “nacionalistas” que se manifestavam não somente entre líderes estudantis e partidos oposicionistas, mas também entre personalidades de importantes setores do governo JK, acirravam graves marchas políticas em direção ao governo. Por outro lado, os “entreguistas”, como foram qualificados pelos nacionalistas os políticos que preconizavam a participação estrangeira nas negociações estatais e que endossavam a desestatização por parte do governo de certos setores como o petrolífero, tido como um meio viável para alavancar a desequilibrada economia, recebiam fervorosos ataques por parte dos nacionalistas.

Como foi o episódio, ocorrido também em junho de 1959 e reportado pelo caderno “Mais!” da *Folha de São Paulo* em abril de 1993, no qual, após receber uma comissão de estudantes nacionalistas no BNDS, o seu então presidente, Roberto Campos, pôs para fora de seu gabinete os estudantes nacionalistas que o pressionaram a dar explicações sobre sua posição relativamente à participação de capitais estrangeiros no Brasil e na exploração de petróleo na Bolívia. Delfim Neto recorda tal caso em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 10 de outubro de 2001: “Diante da empáfia dos estudantes e à vista dos repórteres, mostrou a porta da rua dizendo: “Há um ligeiro engano. Os senhores não são

57 O Estado de São Paulo 10 de junho de 1959

juízes nem eu sou réu. Enquanto não concluírem seus estudos e não devolverem à sociedade o custo do treinamento, os senhores são parasitas e não heróis nacionalistas”.⁵⁸

Os líderes governistas, a esta altura, deveriam reportar-se também aos trabalhos dos líderes oposicionistas, o que não era tarefa simples, pois Roberto Campos “poucos dias depois, perdido o suporte político do Presidente, deixou a presidência do Banco e voltou à planície...”⁵⁹ de onde, provavelmente, nunca havia efetivamente saído.

Acrescida aos debates entre “nacionalistas” e “entreguistas”, a campanha eleitoral reordenaria alianças de toda natureza. João Goulart, Jânio Quadros e Adhemar de Barros eram não só o centro das atenções do novo pleito sucessório presidencial, mas também fonte de discussões entre seus partidários e correligionários, que ecoavam suas preferências fazendo-se ouvir nos trabalhos da Câmara dos Deputados. “Enquanto na frente situacionista a luta se trava entre os srs. João Goulart, A. de Barros e pretendentes pessedistas, as articulações na oposição, ou seja, nas agremiações que apoiarão o senhor Jânio Quadros, ainda não chegaram a conclusões”.⁶⁰ O Governador do Estado de São Paulo, o Sr. Carvalho Pinto, também tivera sido cogitado ao pleito eleitoral, o que rejeitou mesmo antes de qualquer pronunciamento oficial de seu partido. Diante da indicação de seu nome “o governador limitou-se a sorrir, esboçando um gesto negativo”.⁶¹

58 Folha de São Paulo 10 de outubro de 2001

59 Idem

60 O Estado de São Paulo, 11 de Junho.

61 Idem

Capitulo III

O “ROMPIMENTO” COM O FMI

Juscelino Kubitschek anunciou publicamente os desentendimentos em 9 de junho de 1959 no Palácio das Laranjeiras. Na residência presidencial, JK, durante um almoço com treze de seus senadores, anunciou enfaticamente a interrupção das negociações do empréstimo de 300 milhões de dólares e ordenou ao Ministro da Fazenda – Governador da Assembléia geral do Fundo - “que informasse ao FMI que o Brasil não enviará nenhuma delegação ou representação para continuar a tratar daquele problema”.⁶²

Devidamente exposto o anúncio, JK continua em seu discurso: “As negociações no plano técnico revelaram-se ineficazes, especialmente devido à intransigência dos representantes do FMI. Determinei, por isso mesmo, que aquele assunto ficasse de hoje em diante a critério do Fundo Monetário, que para isto, quando lhe parecer oportuno, volte a conversar com o delegado permanente do nosso país junto àquele organismo. Fracassadas as negociações no plano técnico, vamos agora passar ao nível político, isto é, vamos debater de governo para governo.”⁶³ O pronunciamento de Juscelino corrobora a compreensão de que:

- trata-se de negociações de caráter técnico;
- o Presidente determinou que ficasse a critério do Fundo o referido assunto;
- passado o plano técnico, o país enfrentaria a questão no plano político.

Nesse sentido, o discurso do Presidente JK indicou que haveria uma mudança nos trabalhos do Brasil em relação ao FMI., pois ficara constatada a falência dos resultados a nível técnico. O nível político, ou de governo para governo, seria uma possibilidade a ser testada enquanto, relativamente ao FMI, restaria a natureza técnica, que lhe era cabível.

62 Última Hora 10 de junho de 1959

63 Idem

A possibilidade política de acordo que JK tratou seria conduzida e negociada pelo Ministro da Fazenda. Até então, não havia menção alguma sobre a participação nos trabalhos do *Itamaraty*, que, inclusive, não foi mencionado na nota.

O jornal *Última Hora* destacava: “Governo Disposto a Enfrentar Pressão do Fundo Monetário”. Segue nota Pp. 04: “O problema que no momento está prendendo as atenções principais do Governo e, pessoalmente, do Sr. Juscelino Kubitschek, segundo um porta voz do Presidente da República, é o impasse em que caíram as negociações com o Fundo Monetário Internacional sobre o empréstimo de 300 milhões de dólares, destinados a cobrir o *deficit* do nosso balanço de pagamento.

Antes de qualquer passo novo, o Sr. Juscelino Kubitschek aguarda que, ainda hoje, ou, no máximo, até amanhã, à tarde, o Sr. Sebastião Paes de Almeida, respondendo interinamente pela pasta da Fazenda, transmita-lhe o relatório que o Sr. Paulo Pooch Corrêa está elaborando, e que deverá ser discutido pela SUMOC, também hoje ou amanhã.

Em verdade, não houve propriamente, como se divulgou uma ruptura completa das negociações com o Fundo Monetário Internacional, mas o colapso em que as mesmas caíram, decorreu de dois fatores.

1. As negociações vinham sendo conduzidas, até então, por funcionários subalternos de um e outro lado, sem maior autoridade para qualquer decisão, segundo expressão de um representante do Ministério da Fazenda. As negociações não passaram, assim, do nível de simples gerentes de Carteiras de Bancos, não tendo sido ainda discutidas pela alta direção do FMI.
2. As condições que vinham sendo impostas pelos funcionários do FMI, embora algumas delas sejam aceitáveis, são inteiramente inadmissíveis em vários casos, pois não se limitam ao campo financeiro, invadindo a área Política”.⁶⁴

Nesta apresentação do jornal *Última Hora*, com sede no Estado do Rio de Janeiro - portanto em local mais acessível às informações atualizadas do governo à respeito das negociações - houve

64 *Última Hora* 9 de junho de 1959

considerável avanço nos esclarecimentos e na elucidação do caso FMI, quando se observa ao leitor que “na verdade , não houve propriamente, como se divulgou, uma ruptura completa nas negociações com o Fundo Monetário Internacional...”.

Juscelino não pronunciou uma só palavra relativamente ao rompimento de relações com o Fundo Monetário Internacional. O responsável pelo andamento do assunto seria Sebastião Paes de Almeida, respondendo interinamente pela pasta da Fazenda, e porta vozes do Governo foram designados para proferir os pronunciamentos relacionados ao desenrolar dos fatos, como apontou o jornal. Evitava-se assim o “... nível de simples gerentes de Carteiras de Bancos...”. Não obstante, esses gerentes, em conjunto com o Ministro da Fazenda, eram membros da Assembléia Geral do Diretório Executivo do FMI. Quanto ao Ministro, em contato realizado em seu gabinete pelos repórteres da *Última Hora*, afirmou que “ainda perduram esperanças para a concretização das negociações”.⁶⁵

Além de o governo nutrir ainda esperanças na concretização desse empréstimo de 300 milhões de dólares, para assegurar-lhe a manutenção da máquina administrativa até 1960, JK valer-se-ia de um importantes aliados para a solução dos desentendimentos em curto espaço de tempo, quais sejam: a sua proposta desenvolvimentista para o Brasil; o seu discurso firme e sua crença inabalável nos rumos do crescimento econômico acelerado, características de seu nacionalismo..

Consubstanciando a natureza técnica da operação com o FMI, que culminou no desentendimento entre ambos, JK empreenderia o resgate político do discurso nacionalista - ou populismo-desenvolvimentista - para contrapor-se ao FMI. Convertendo o malogro das negociações de natureza técnica para caracterizá-los como de natureza política, conseguiria resgatar em curto prazo, o apoio político à desgastada imagem de seu governo.

Em 11 de junho de 1959 o jornal *Última Hora* publicou as considerações de JK sobre o FMI, aplicada à transferência das ações. Referindo-se ao cumprimento das normas do FMI relativamente ao controle econômico por parte do governo brasileiro, disse que: “Devia-se a uma imposição da própria

65 Idem

dignidade nacional”.⁶⁶

A qualificação dos desentendimentos como “imposição à dignidade nacional” atrela-se a uma reivindicação do Estado em nome dos interesses de todo o povo. Incitou a instauração de um quadro de resistência nacional contra esta anunciada imposição. Paulatinamente, o que se seguiu a partir dessas considerações foi a especulação de que o Brasil estaria vivendo sob injunções colonialistas, como noticiou o jornal *Última Hora*: “Oposição e Maioria Apóiam Atitude de JK: Resistência a todo preço ao Colonialismo”.⁶⁷ Tratava-se, de agora em diante, de combater aqueles que tentavam interferir na soberania do Brasil. Dessa forma oposição e maioria governista apoiariam o Presidente em uma empreitada contra a “metrópole financeira” com a devida “resistência ao colonialismo”.

Também pelo jornal *Última Hora*, declarou o PTB, seção de São Paulo, em telegrama, que: “O Partido Trabalhista Brasileiro manifesta, emocionado, solidariedade ao grande Presidente por seu gesto de altivez, patriotismo e clarividência, repelindo injunções do Fundo à Pátria, no que diz respeito à política petrolífera nacional”.⁶⁸ , Nesse momento, o PTB de Leonel Brizola, governador gaúcho, promovia a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense.

Alguns dias antes do envio daquela carta de apoio, as bancadas partidárias da Assembléia do Rio Grande do Sul “enviaram telegrama ao Presidente da República afirmando que a sua posição, como primeiro Mandatário do País, exigia a exteriorização do seu pensamento a respeito do ato de encampação da Companhia Elétrica Rio-Grandense. As bancadas gaúchas enviaram também telegrama ao Ministro Ribeiro Costa, do Supremo Tribunal Federal, pedindo-lhe que tomasse posição idêntica à que tomou no caso das declarações dos oficiais das Forças Armadas, com respeito aos recentes pronunciamentos do Sr. John Dillon, subsecretário de Estado norte-americano, os quais consideram uma tentativa da maior gravidade para interferir nos assuntos internos do nosso país”.⁶⁹ Devemos salientar que este apoio prestado a JK pelo PTB e a demonstração de centralização do poder de Estado

66 *Última Hora* 11 de junho de 1959

67 *Idem*

68 *Idem*

69 *O Estado de São Paulo* 6 de junho de 1959.

na figura de seu presidente – como ocorreu neste processo de exposição dos desentendimentos como o FMI – encontra-se em Weffort : “La persistência del mismo esquema de poder se expresa, por ejemplo, en el hecho de que el sistema de partidos - los cuales además tienen muy poca autonomía en relación al Ejecutivo – se basaba en dos agrupaciones creadas por el propio Vargas al término del régimen dictatorial, agrupaciones que no serían más que la traducción del compromiso social en que se apoyaba la dictadura, en términos del nuevo lenguaje político. El PTB (partido Trabalhista Brasileiro) fue mucho menos efectivo en relación a sus propias finalidades de movilización popular, habiendo funcionado sobre todo como máquina personal de su fundador”.⁷⁰

⁷⁰ WEFFORT, Francisco C. El populismo en la política brasileña. Brasil: hoy / Celso Furtado... et al; tradRosa Cuminsky 3.ed. México : Siglo Veintiuno, 1972. Página, 80.

ALTERNATIVAS AOS DESENTENDIMENTOS

“Não pretendo que o Brasil assumira posição descabida, pretensiosa ou excessiva em relação às suas reais possibilidades, mas que use de um direito próprio aos países soberanos – o de revelar o seu pensamento, o que significa fazer ouvir a sua opinião quando, onde e como achar oportuno”.⁷¹

Na busca de alternativas econômicas como forma de contornar os desentendimentos, JK declarou ao jornal *O Estado de São Paulo* que “pediu aos srs. Sete Câmara e Paes de Almeida a elaboração de um plano que possibilite ao País o equilíbrio do nosso balanço de pagamento, sem a necessidade de empréstimo no exterior, ou melhor, ao Fundo Monetário Internacional”.⁷²

Considerando que Sete Câmara entrou em substituição a Paulo Pook – ambos gerentes da carteira de câmbio do Banco do Brasil - e o Sr. Paes de Almeida substituiu o então Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, - Governadores gerais da Assembléia do Fundo Monetário Internacional e também governadores do FMI -, a proposta de um novo plano acalmaria a especulação sobre os rumos políticos e financeiros do Brasil e demonstraria não só interna mas também externamente, a forma de atuação administrativa dos dois novos membros do governo JK, substituídos durante o processo de suspensão de negociações com o FMI.

Nesta mesma declaração, JK afirma que: “Ao Itamaraty seria dada uma outra tarefa prática e

71 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *A Marcha do Amanhecer*. 1962. Página, 184.

72 Idem

objetiva da dinamização das nossas possibilidades econômicas por todo o mundo”.⁷³ Por outro lado, a Embaixada do Brasil em Washington, a 15 de junho de 1959, portanto nove dias após a declaração de JK ao jornal *O Estado de São Paulo* sobre a nova tarefa que receberia o *Itamaraty*, enviou em telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, um artigo publicado no *New York Times*, salientando que “ao romper com o Fundo o Brasil teria desencadeado um movimento de rebelião que se estenderia fatalmente a outros países latino americanos e ao Perú em particular, contribuindo para colocar os Estados Unidos da América em posição delicada para com a Argentina, Chile e Bolívia que, por mercê de duro sacrifício, adotaram os corretivos indicados pelo Fundo para obtenção do empréstimo do Eximbank. Diz o articulista que a decisão do Presidente Kubitschek de procurar assistência direta veio atingir o coração do programa de estabilização na América Latina, pois a sua adoção em Washington poderia acarretar colapso de todos os arranjos com países do continente e mesmo europeus”.⁷⁴

O plano de suspensão das negociações com o FMI e a sua caracterização anti-colonialista por Juscelino, não representaria mais um problema somente interno, mas abarcaria toda a América Latina, podendo trazer instabilidade política e acirramento da animosidade em relação ao Fundo “e contribuiria para colocar os Estados Unidos em situação delicada para com a Argentina, Chile e Bolívia.” que cumpriram à custa de grandes sacrifícios econômicos e políticos os compromissos firmados junto àquela instituição.

Além disso, ficaria evidente para essas nações o fato de que o Brasil estaria em processo de negociação de novos empréstimos diretamente com o governo norte-americano, em mais uma manobra para burlar os entraves com o FMI. Considerando que a Operação Pan-Americana ressaltava que “o Brasil pretende colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do Continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas

73 Idem

74 Arquivo Histórico Itamaraty

da Operação iniciada, cabimento para conversações bilaterais.”⁷⁵, essa tentativa de relação privilegiada com os Estados Unidos seria o estopim para um desentendimento entre estes países, o FMI e também os EUA.

Curiosamente, o *Ministério das Relações Exteriores* continuava sem qualquer instrução quanto à existência de um “rompimento com o FMI”, ou mesmo, de um desentendimento. O Embaixador interino que substituíra Ernani Amaral Peixoto, Henrique Rodrigues Valle, em telegrama notificando o *Itamaraty* sobre os comentários do *New York Times* a respeito dos desentendimentos entre Brasil e FMI ponderava : “Peço vênha para lembrar a Vossa Excelência que a Embaixada até agora não recebeu qualquer pronunciamento oficial sobre a notícia em apreço, nem sequer o texto da declaração da Presidência da República”.⁷⁶

A Embaixada em Washington não recebeu comunicado algum a respeito da anunciada “suspensão das negociações com o Fundo”, nem pelo *Itamaraty*, nem pelo Presidente JK. Acompanharam através da imprensa norte-americana o desenrolar dos fatos e ainda notificavam constantemente o Brasil sobre os comentários e estudos publicados a respeito.

JK, durante este processo de desentendimentos com o FMI, continuou exercendo o poder de forma personalista. Como podemos observar, ele não instruiu nem o *Ministério das Relações Exteriores* e nem a Embaixada em Washington, porque se considerava responsável por esse assunto.

Segundo as investigações de Weffort, podemos considerar que há populismo quando ocorre “la personalización del poder, la imagen (médio real y médio mítica) de la soberanía del Estado sobre el conjunto de la sociedad y la necesidad de la participación de las masas populares urbanas”⁷⁷. Quando JK anunciou os desentendimentos, procurou não só o apoio das massas ao seu “rompimento”, como personificou o poder de Estado em sua imagem. Continua Weffort tratando que: “En esta nueva estructura, el jefe de Estado asume la posición de árbitro y aqui se encuentra una de las raíces de su

⁷⁵ Discurso sobre a Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro, 1958.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC/FGV

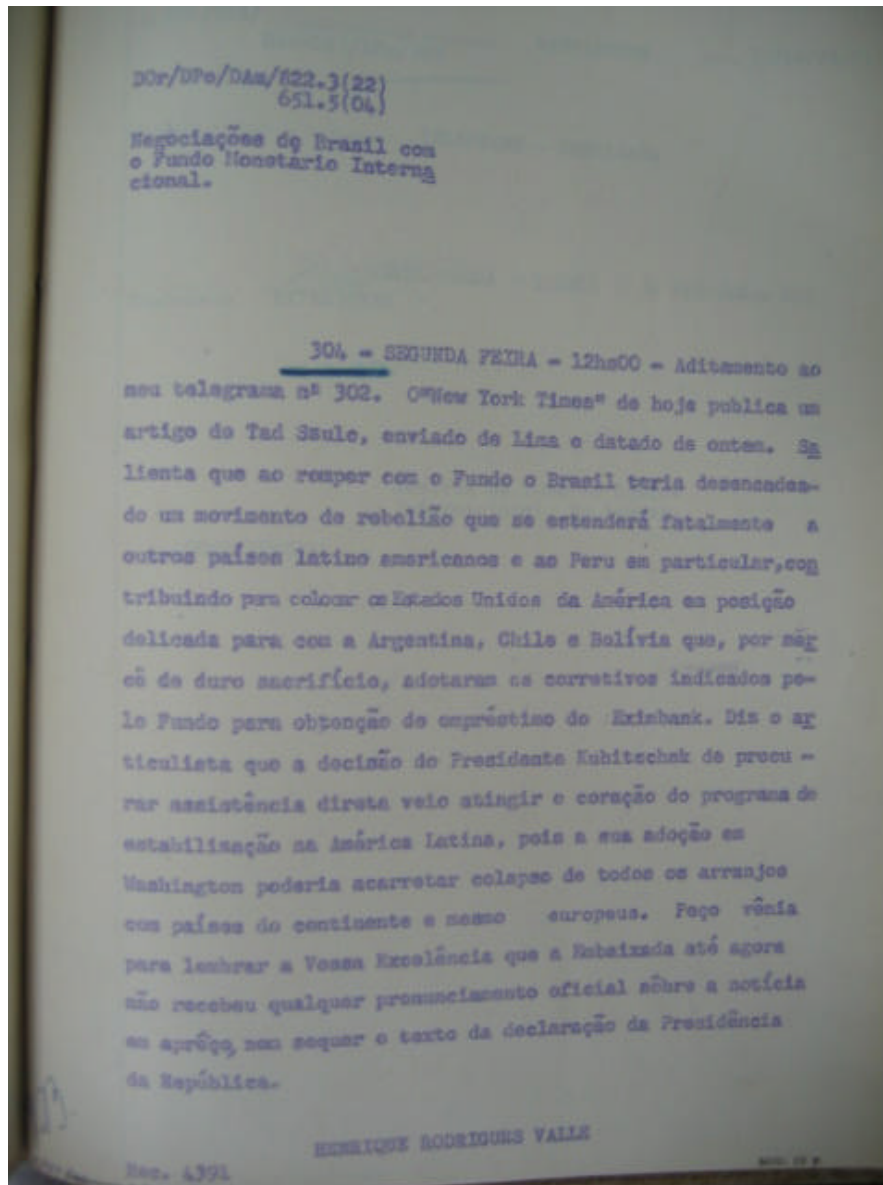
⁷⁶ Idem

⁷⁷ WEFFORT, Francisco C. El populismo em la política brasilena. Brasil: hoy / Celso Furtado... et al; tradRosa Cuminsky 3.ed. México : Siglo Veintiuno, 1972. Pp 68

fuerza personal. Por otro lado, en esta condición de árbitro, su persona tenderá a confundir-se con el propio Estado como institución, pues ambos tienden a distanciarse de la determinación de los intereses inmediatos que, em última instancia, representan”.⁷⁸ Embora não pretendamos polemizar com a teoria do populismo, utilizamos algumas premissas da clássica tese de Weffort. No entanto, reconhecemos a fragilidade da tese, como assevera Livia Cotrim: “A teoria do populismo, por sua vez, oferecendo-se, tal como a teoria da dependência, como uma teoria do desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre 1930 e 1964, mas incapacitada, por seus pressupostos – ou mesmo aludidos-, de apreender a particularidade brasileira, supõe ter apanhado a causa da falta de radicalidade do movimento operário, num quadro de ausência de hegemonia da burguesia industrial, numa suposta “artimanha” – o populismo – urdida por esta para atar a si as massas. Artimanha configurada pela aliança de classes, ou pacto policlassista, no interior do qual a classe trabalhadora, manipulada pelo partido ou líder “populista”, se torna incapaz de reconhecer a clivagem da sociedade em classes, substituídas pelos conceitos de povo ou nação e portanto, pela identidade de interesses. A esquerda, por sua vez, teria sido igualmente aprisionada pelo “ardil do populismo”, reforçando-o e impedindo o desenvolvimento de uma política de classe revolucionária”.⁷⁹

⁷⁸ Idem Pp 69

⁷⁹ COTRIM, LÍVIA. O Capital Atrófico: da Via Colonial à Mundialização. In CHASIN, J. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social/ José Chasin. – Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000.



⁸⁰ Arquivo Histórico Itamaraty Rio de Janeiro Junho de 1959

ROMPIMENTO SEM DIVERGÊNCIAS

*“Por último, recomendou discricção, a fim de que o caso não seja explorado no sentido de aprofundar ou criar divergências com os Estados Unidos”.*⁸¹

Comentário do jornal Última Hora em 11/06/1959 sobre recomendações de JK

Considerando que o Brasil, como membro fundador do FMI, não descredenciou seus governadores da instituição, nem promoveu o desligamento do Brasil do Fundo, mesmo porque era acionista e possuía débitos a serem quitados, a caracterização de “rompimento” não poderia ter como pretexto os desencontros da política econômica brasileira com o FMI.

Após o reconhecimento de que havia desentendimentos e a ocorrência de agitadas manifestações políticas de apoio e também de oposição ao seu governo, Juscelino optou por não mais se manifestar a respeito do assunto, delegando a tarefa a porta-vozes do governo ou mesmo ao Ministro da Fazenda. Quando questionado diretamente, evitava comentários que pudessem complicar mais as relações Brasil - Fundo e Brasil - Estados Unidos. Diante desse silêncio, a opinião pública indagou-se sobre a veracidade do rompimento com o FMI.

O jornal *O Estado de São Paulo*, em 11 de junho de 1959, publicou em seu editorial não só sua descrença sobre o “rompimento” como dirigiu duras críticas ao Presidente JK. “Houve, pois, um

81 Última Hora 11 de junho de 1959

malogro nas tentativas do governo para obter um empréstimo que lhe alivie as dores de cabeça motivadas por suas próprias extravagâncias. Diante disso, o que ocorre ao Sr. Juscelino Kubitschek? Tirar partido político interno desse malogro, dando a entender ‘sem o afirmar categoricamente’, porque seria desmascarado, que o Fundo lhe estaria fazendo exigências descabidas e inaceitáveis, isto é, exercendo a pressão econômica, a serviço de interesses de trustes internacionais, protegidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos”.⁸²

O jornal *Última Hora*, por sua vez, tratou de evidenciar que o processo de “rompimento” foi construído por JK para forçar a concessão de um empréstimo direto pelo governo americano que não transitassem por órgãos financeiros. Seria um empréstimo de governo para governo. Segundo a *Última Hora* “informações recebidas ontem do Rio de Janeiro diziam que o primeiro mandatário brasileiro havia ordenado que se suspendessem as negociações com o FMI para que o Brasil pudesse tratar diretamente com os Estados Unidos”.⁸³ Em contrapartida a *United Press International* informava: “não temos instruções de nos pormos em contato com o Governo dos Estados Unidos nem fomos notificados oficialmente de que se suspenderam as negociações com o Fundo”.⁸⁴

O *New York Times* em sua publicação de 12 de junho de 1959, e que foi remetida à *Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil* por telegrama, também evidenciou a possibilidade de assistência financeira direta entre o governo norte-americano e o governo brasileiro, desviando a discussão do FMI. “Atribui a fontes bem informadas as declarações de que as autoridades americanas estariam inclinadas a fornecer tal assistência, principalmente sob a forma de estabilização parcial da dívida externa e extensão do prazo das amortizações, cujo efeito negativo sobre o balanço de pagamento se diluiria.”⁸⁵

⁸² O Estado de São Paulo 11 de junho de 1959.

⁸³ *Última Hora* 12 de junho de 1959

⁸⁴ Idem

⁸⁵ Arquivo Histórico Itamaraty Rio de Janeiro Junho de 1959

DIVIDENDOS DOS DESENTENDIMENTOS

“A Embaixada do Brasil nesta capital informou hoje que não recebeu instruções para prescindir ao Fundo Monetário Internacional e negociar diretamente com o governo dos Estados Unidos, para obter ajuda financeira”. ⁸⁶

Telegrama de Washington encontrado no Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty sobre a tentativa de JK de obter um novo empréstimo fora do FMI.

Propostas como consolidação da dívida e extensão do prazo de pagamentos seriam alternativas que, a curto prazo, poderiam tornar-se viáveis, mas eram paliativas quanto à natureza do problema econômico. Ao FMI não restariam mais possibilidades de entrever novos rumos pois o Brasil, além de estar em atraso com a quitação das parcelas de seus empréstimos, não havia equacionado sua balança de pagamentos e suas divisas encontravam-se negativas. O Fundo, a esta altura, não mais poderia ser solicitado com a mesma frequência com que havia sido utilizado.

Novamente o *New York Times* publicou que a alternativa emergencial de assistência econômica ao Brasil por parte dos Estados Unidos seria contraditória com as relações de assistência para com os outros países da América Latina, que cumpriram a política de ajuste firmada no FMI, e consubstanciaria uma relação diferenciada com os brasileiros. Esta “operação salvamento” minaria os esforços dos Estados Unidos em relação aos demais países latinos. Adverte o *New York Times* que: “Alega-se, frente à recusa terminante brasileira em adotar a ação antiinflacionária suficiente, que só

⁸⁶ Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty. Junho de 1959

restaria permitir-lhe faltar no serviço da dívida externa ou tornar essa falta “legal”, mediante acordo sobre aditamento dos pagamentos. Legalizar a falta, diriam as autoridades norte-americanas, seria coisa diversa de conceder empréstimo novo. Significaria que o Brasil teria grande dificuldade em conseguir créditos futuros e que teria de pagar a vista todas as importações. Assim a “solução” envolveria ainda nova penalidade para o Brasil, por haver deixado de adotar as necessárias medidas internas. Teria, contudo, o mérito de evitar a deterioração nas relações brasileiro-americanas, que decorreria do não pagamento ostensivo das dívidas. Além disso, arranjo do gênero seria interpretado pelas demais nações como sinal de abandono das medidas internas. Com esses programas, seria deixada aberta, àqueles últimos países, a possibilidade de obtenção de maior auxílio externo. Sem o mesmo, não poderiam esperar mais do que a moratória, o que implicaria na exclusão de crédito internacional”.⁸⁷

Os créditos brasileiros no exterior esvaíam-se, da mesma forma que sua credibilidade e sua imagem de um prospero país em desenvolvimento. Incapaz de pagar sua dívida externa e honrar os compromissos com a economia interna, o Brasil tornou-se alvo de especulações internacionais a respeito de seu futuro. Constantemente, jornais e revistas norte-americanas⁸⁸, latino-americanas e

87 Arquivo Histórico Itamaraty Rio de Janeiro Junho

88 Telegrama enviado ao Itamaraty pela Embaixada brasileira em Washington sobre a Política financeira e militar Estados Unidos-Brasil. Repercussão na imprensa americana. “O *New York Times* publica hoje extenso artigo de seu correspondente no Brasil sob o título “Medidas contra os Estados Unidos da América são propostas no Rio”. Segundo esta notícia, estará sendo exercida séria pressão sobre o Presidente Kubitschek no sentido de adoção de medidas drásticas (Shoch Treatment), a fim de compelir os Estados Unidos da América a conceder substancial auxílio ao Brasil. Aduz o correspondente que essas medidas de caráter econômico e militar, sugeridas por conselheiros nacionalistas ao Presidente da República, visam criar graves problemas para o Governo de Washington no hemisfério ocidental. Relaciona entre elas a proibição de remessas de lucros e dividendos em dólar pelas empresas norte-americanas estabelecidas no Brasil, a não utilização do saldo dos créditos já abertos nos Estados Unidos da América para importação de bens de produção, a fim de prejudicar os exportadores norte-americanos, e a tentativa de negociar um acordo comercial de vulto com países comunistas, a começar pela Alemanha Oriental, além de dar à Petrobrás o monopólio da importação de Petróleo. Segundo o referido artigo, alguns assessores presidenciais estariam sugerindo, como derradeira alternativa, a denúncia dos acordos militares com os Estados Unidos da América, inclusive do acordo sobre a utilização de Fernando de Noronha. Acrescenta o articulista que observadores imparciais consideram improvável que o Presidente Kubitschek se deixe arrastar por tais extremos e informa que elementos moderados estariam procurando uma fórmula transnacional, com apoio dos Estados Unidos da América. Essa solução consistiria na concessão de moratória para os pagamentos devidos ao Export Bank, a qual seria complementada pela declaração de insolvência parcial por parte do Brasil. No caso de insucesso para o pedido de crédito feito às companhias petrolíferas, para o fornecimento de Petróleo com dezoito meses de prazo para o pagamento, antevê o articulista a possibilidade de racionamento no consumo de gasolina, o que, acrescenta, afetaria vitalmente as atividades econômicas do país, acarretando indubitáveis protestos que seriam dirigidos contra os Estados Unidos da América, que já são alvo de campanha movida pelos comunistas e ultranacionalistas devido à recusa do Fundo Monetário Internacional de aprovar a política financeira brasileira. Sobre o mesmo assunto, o *Journal of Commerce* de hoje publica um artigo intitulado “As negociações financeiras brasileiro-norte-americanas aguardam a chegada do Embaixador do Brasil”, em que afirma que as autoridades norte-americanas estão relutando em assumir atitude liberal em relação aos novos empréstimos para o Brasil, aduzindo que a notícia da

também brasileiras procuraram apontar no governo JK os pontos falhos da política econômica e o que poderia ser realizado para saná-los. O objetivo era evitar que o Brasil transformasse a falta de pagamentos dos serviços externos numa atitude “legal”, como publicou o *Times*.

O governo dos Estados Unidos estaria disposto a aceitar uma suspensão dos pagamentos externos do Brasil aos EUA durante seis meses, ao conceder-lhe uma moratória, à vista do agravamento da crise econômica⁸⁹. Estimava-se que o saldo desfavorável do comércio exterior brasileiro estaria na casa de 300 milhões de dólares. O Brasil, portanto, não pagaria sua dívida com os EUA até o próximo depósito dos outros países membros do FMI, que seria realizado em setembro, para o saque de maiores empréstimos e condições mais flexíveis.

A saída que o Estado brasileiro encontrou para administrar este problema econômico foi tentar conciliar três esferas de interesses nacionais:

- a) quitar os dividendos externos.
- b) continuar resgatando investimentos para o desenvolvimentismo acelerado.
- c) continuar agregando as massas ao jogo político.

Segundo Cardoso, esta seria uma combinação perfeitamente possível entre populismo e um “Estado Empresarial”, como caracteristicamente apresentou-se a administração JK. “A liderança populista pode ser também uma liderança de tipo empresarial e, em consequência, o Estado aparece não

encampação de propriedades estrangeiras em nosso país tem repercutido desfavoravelmente nas esferas oficiais responsáveis pelos negócios de novos empréstimos ou moratórias ao nosso país. Conclui afirmando que: “o Presidente Kubitschek dispõe ainda de dezoito meses de mandato, e deve cavalgar o tigre da economia brasileira, em lugar de atrelar-se ao mesmo, segundo declaração de um autoridade”.

89 Telegrama enviado ao Itamaraty pela Embaixada brasileira em Washington em 25/06/59. FMI., Comércio Exterior do Brasil, em artigo do *Journal of Commerce* de Washington. ‘O *Journal of Commerce* comenta hoje, em termos compreensivos, a situação financeira nacional em sua sessão “Newsletter” sob a epígrafe “O Brasil enfrenta uma crise mais áspera”. Depois de descrever o mecanismo do comércio exterior brasileiro e as exigências do FMI, assinala aquele jornal as consequências imprevisíveis de uma reforma cambial do vulto da pretendida pelo Fundo Monetário Internacional, quanto ao valor do cruzeiro, e o impacto inflacionário da medida, como causas determinantes da relutância brasileira em alterar o seu regime cambial, sem a contrapartida de maciço auxílio externo. Aponta, igualmente, os efeitos da eliminação dos ágios sobre o equilíbrio orçamentário e sobre a política fiscal e tributária brasileira. Constitui este, indubitavelmente, o comentário melhor informado e mais simpático ao Brasil publicado na imprensa norte-americana sobre a atual situação econômica do país, o que demonstra as vantagens da informação apoiada em dados estatísticos sólidos, sobre as especulações de caráter genérico e doutrinário, que têm caracterizado tais comentários. Somente com base em dados conjunturais sobre a economia brasileira será possível dar resposta satisfatória aos argumentos contrários à posição brasileira, oriundos de diagnóstico apressado, elaborado para dar lugar a uma terapêutica padronizada. Tal me parece ser a lição extraída do artigo de hoje do *Journal of Commerce*.

EM/21/22/VL/59.

DAN/DOF/822.3(22)
651.5(04)

SUBSTITUIÇÃO

Fundo Monetário Internacional.
Comentários do New York Times.

318 - DOMINGO - linha 40 - Aditamento ao tele-
grama n. 308. Segundo artigo publicado no New York Times de
hoje, assinado por Edwin L. Dale Jr, colocadas ante a alter-
nativa de mudar a política em relação a estabilidade finance-
ira da América Latina ou prestar assistência direta ao Brasil
sem audiência prévia do Fundo Monetário, as autoridades ame-
ricanas teriam encontrado terceira saída que consistiria em
acôrdo com o Brasil no sentido de adiamento por determi-
do período das prestações da dívida para com este país. Assi-
nala o articulista que as autoridades locais não teriam en-
mente alterar a política estabelecida, com o qual se confor-
maram a Argentina, Chile e a Colômbia, enquanto o Brasil se
teria recusado a adotar medidas consideradas necessárias pe-
lo Fundo, havendo feito no passado promessas que deixou de
cumprir plenamente. Acrescenta que funcionários de organiza-
ções financeiros internacionais sustentariam ponto-de-vista,
segundo o qual os esforços em relação a outras nações resul-
tariam mirados se os Estados Unidos da América "socorressem"
o Brasil de qualquer forma. A tese daqueles peritos, com a
qual concordariam os Estados Unidos da América, seria de que

apenas como patrão mas, visto da perspectiva das massas, até como bom patrão; as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível econômico e, portanto, podem ser atendidas. A nível político – na medida em que pressionam pelo fortalecimento do Estado – coincidem com os interesses dos grupos que chegaram ao poder sem uma sólida base econômica própria, fator que também faz favorecer um desenvolvimento de cunho estatal”.⁹¹

⁹¹ CARDOSO, Fernando. FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ed, Civilização Brasileira
Página 139.

ROMPIMENTO LITIGIOSO

“Afirma-se também que o Brasil terá de tratar novamente com o Fundo, tanto para poder sacar novamente sua quota, como para obter empréstimos adicionais dos Estados Unidos para enfrentar os problemas de sua balança de pagamentos”.⁹² *O Estado de São Paulo* em 23/06/1959.

A acusação de o Brasil que ainda estaria sofrendo com imposições do FMI, feita por JK, paulatinamente foi sendo desconstruída, dando lugar a dados e cifras reais da situação brasileira no exterior. Com a publicação do Relatório do Departamento de Estado Americano sobre a crise no Brasil, foi possível melhor quantificar o tamanho do ônus causado na economia brasileira com o processo de desenvolvimentismo acelerado. Diz o relatório: “Há anos que o Brasil vem acusando crise na sua balança de pagamentos e uma rápida e contínua inflação interna. O Brasil pediu, para equilibrar sua balança de pagamentos, mais de 1 bilhão de dólares, desde 1953. Dessa quantia, o “Eximbank” forneceu 445 milhões, o Fundo Monetário 112, 5 milhões, e o Banco Federal da Reserva de Nova York, bancos particulares norte-americanos e instituições de créditos européias o restante”.⁹³

O documento, redigido pelo senador William Fulbright, responsável pela Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, foi divulgado com trechos comentados pelo Sub-Secretário de Estado Roy Rubottom, o que trouxe embaraços à diplomacia brasileira. Apresentados os números e dados da economia neste relatório, divulgado inclusive nos jornais, o Senador Fulbright teceu a respeito o seguinte comentário: “O Brasil promete fazer reformas para evitar a inflação se receber um

92 *O Estado de São Paulo* 23 de junho de 1959

93 *Idem*

grande empréstimo. Todavia, recebe o empréstimo e continua do mesmo modo, sem prestar atenção ao que prometeu. Se isto é verdade, não gosto. O Brasil faltou mais que qualquer nação ao cumprimento das condições estabelecidas para a concessão de empréstimos ao exterior”.⁹⁴

O Senador moderou seu discurso ao constatar que o Brasil havia equilibrado o orçamento e restringido os créditos exteriores. Mas aponta falha na reforma cambial e acrescenta: “Penso que deveríamos lembrar ao Brasil que essa é uma das dificuldades. Não é possível que ele continue esperando que continuemos a dar-lhe dinheiro se não fizer a sua parte, pondo em prática as medidas que todos os peritos econômicos concordam que deve ser impostas”.⁹⁵

A transformação da suspensão das negociações do pedido de um novo empréstimo em agitação política contribuiu para o enfraquecimento da imagem brasileira, não só junto aos membros do Fundo Monetário Internacional, como também junto a toda a comunidade global⁹⁶. Neste momento, além da crise econômica e política, a relação com os Estados Unidos, seu principal aliado e modelo para o desenvolvimentismo acelerado, estava estremecida. Segundo Cardoso “depois do breve interregno posterior ao suicídio de Vargas – quando se esboça uma política de contenção para contrapor-se às pressões inflacionárias provocadas pela situação anterior -, restabelece-se a aliança populista-desenvolvimentista, sob Kubitschek; mas ela toma um rumo diverso, semelhante ao que depois de anos de marasmo tentou dar Frondizi ao processo político e econômico argentino: a capitalização mediante recursos externos. Essa política permitiria a curto prazo diminuir a pressão inflacionária, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos modernos, quer dizer, seria uma política econômica suportável

94 Idem

95 Idem

⁹⁶ O jornal *O Estado de São Paulo*, em 23 de junho de 1959, a respeito das considerações do Senador americano William Fulbright: “A nós, brasileiros que há 25 anos lutamos desesperadamente para salvar alguma coisa da dignidade nacional, as palavras causticantes do senador Fulbright enchem-nos de vergonha. Nunca tivemos participação direta, ou indireta, nos trágicos desmandos que vêm sistematicamente praticando os sucessivos governos que desde 30 tem ocupado o poder. Dia a dia nos rebelamos contra a desfaçatez, a leviandade e a falta de sentimento de dignidade com que esses senhores vêm procurando destruir o patrimônio moral da Nação. Nesta luta pela preservação dos sentimentos que herdamos de nossos maiores, tudo temos feito para impedir que, nos atos do governo, se manifeste a nefastíssima ação dos nacionalistas, dos comunistas e dos cripcomunistas. E isso porque estamos certos de que essa ação teria como epílogo o levar-nos a sofrer a dura lição que acabamos de receber do senador William Fulbright e do Departamento de Estado norte-americano. Dirige o Brasil o mais relapso governo do mundo. Essa é a opinião que sobre o Brasil formou um membro da Câmara Alta dos Estados Unidos”.

por parte do setor exportador, e simultaneamente significaria o fortalecimento do setor industrial, agora já associado ao capital estrangeiro. Pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política”.⁹⁷

Durante o interregno do desentendimento com o FMI, oposição e situação constituíram uma unidade nacional coesa: um Brasil unido contra as imposições externas. Passado o calor do momento e evidenciando-se novos rumos esclarecedores sobre o “rompimento”, líderes oposicionistas, que haviam aplaudido veementemente a suspensão das negociações, procuraram responsabilizar o Governo pela farsa..

Seixas Dória, ao discursar na Câmara dos Deputados, classificou o governo de “nitidamente entreguista”, ao enumerar os pontos-chaves da carta de acordo entre o FMI e o então Ministro da Fazenda, José Maria Alckmin, em 1958. São oito pontos, a saber:

1. Propõe o aumento do custo para importação de petróleo e trigo, com o dólar ao teto de Cr\$ 70, 00, assinalando que o governo, pelas instruções 171 e 173 da *SUMOC* havia elevado o câmbio para 100 cruzeiros;
2. Assegura a majoração da taxa de redesconto, o que implica na asfixia de todos os setores do desenvolvimento econômico;
3. Compromete-se a adotar a taxa única de câmbio, o que implicaria pura e simplesmente na reforma cambial, medida que o governo havia procurado demonstrar ser desastrosa para a situação financeira do País;
4. Compromete-se a promover o equilíbrio orçamentário, o que seria elogiável se não fosse possível obtê-lo com o atendimento àqueles compromissos anteriores.
5. Promete estabelecer um limite aos auxílios destinados aos Estados e Municípios para que não fossem superiores aos concedidos em 1957, o que implicaria no abandono daquelas unidades, principalmente as subdesenvolvidas, à própria sorte;

⁹⁷ CARDOSO, Fernando. FALETTTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ed., Civilização Brasileira
Página 153.

6. Considera possível a limitação de crédito privado a 20 bilhões de cruzeiros, o que levaria à paralisação da indústria nacional;
7. Aceita, e chega mesmo a solicitar , a vinda de fiscais do Fundo Monetário Internacional para o Brasil, comprometendo-se nosso governo a enviar um relatório mensal àquele organismo, fazendo tábula rasa da nossa soberania;
8. Finalmente, compromete-se o Brasil, por aquela carta, a aumentar o recolhimento de depósitos compulsórios à *SUMOC*, o que implicaria em maior contingenciamento do já escasso volume de crédito às atividades privadas.⁹⁸

Estas oito básicas prerrogativas de controle inflacionário e cambial, que conduziriam ao controle dos balanços de pagamentos, foram acordadas durante o exame do processo de empréstimo, inclusive a sétima, onde se compromete o Brasil a aceitar a vinda dos técnicos do FMI para o acompanhamento da estabilização e do ajuste econômico, mesmo que se fazendo “tábula rasa da nossa soberania”. A caracterização de um viés puramente técnico nas negociações desse empréstimo, com o abandono do pano de fundo político, reordenou os papéis na política interna brasileira. O apoio dado ao “rompimento” daria lugar à contraposição governista.

O “rompimento com o FMI”, na verdade, não representou mais do que a suspensão das negociações do pleito de um novo empréstimo de 300 milhões de dólares, que, mesmo concedido, não poderia ser sacado, pois o Brasil já havia efetuado todos os saques possíveis junto ao Fundo. Este, por sua vez, endureceu sua posição na condução desse pleito de novo empréstimo, por não ter o Brasil cumprido sua parte nos anteriores acordos firmados. Mesmo após os constantes empréstimos, a balança de pagamentos do Brasil sempre acusava *deficit* crescentes. A cada ano, os relatórios do governo Juscelino Kubitschek apresentavam valores muito superiores relativamente ao início dos trabalhos administrativos do ano de 1955. Neste sentido, a opção por caracterizar como “rompimento” os desencontrados entendimentos foi utilizada maliciosamente pelo governo e encampada pela oposição.

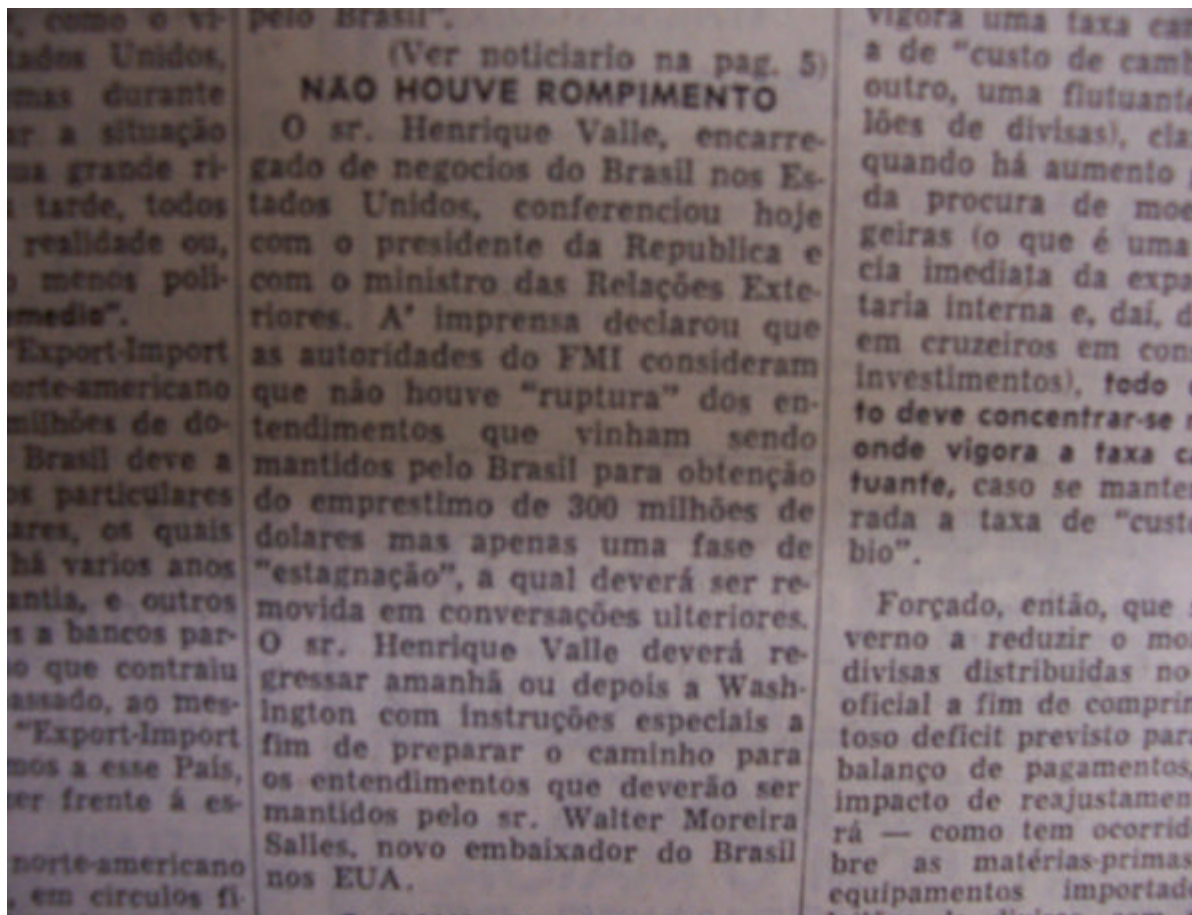
A informação transmitida pelo Ministério da Fazenda sobre o início do processo de exportação

98 O Estado de São Paulo 15 de julho de 1959

de mercadorias pelo mercado livre, quando estaria iminente a promoção da unificação das taxas de câmbio, evidencia mais uma capitulação do governo às exigências do Fundo. A unificação das taxas de câmbio constituía-se numa das prerrogativas básicas do ajuste econômico preconizado pelo FMI. O Brasil dera início à aplicação das medidas exigidas, descaracterizando, dessa forma, a bandeira do “rompimento com o FMI”.

Finalmente, em 23 de junho de 1959, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou as declarações do Embaixador interino em Washington Henrique Rodrigues Valle sobre a inexistência de ruptura entre Brasil e FMI.

99



Em discurso na Câmara dos Deputados, Seixas Dória: “desculpou-se dos aplausos que dera à atitude do Governo, pois estava convicto de que as exigências do fundo estão sendo fielmente cumpridas”.¹⁰⁰ Ponderadamente, após o discurso do referido deputado, o Presidente da Câmara sugere ao plenário uma segunda proposta . Carlos Lacerda: “esteve largamente na tribuna, sustentando que o PSD - não obstante ter lançado a candidatura do Marechal Lott, que os pessedistas já proclamavam invencível - pretende desde já garantir que o atual Presidente, ao deixar o governo não vá para a prisão, nem para o quartel, assegurando-lhe perfeita imunidade com o mandato de conselheiro”.¹⁰¹

100 O Estado de São Paulo 18 de julho de 1959

101 Idem

Conclusões

A retomada das negociações entre JK e o FMI expressa que não ocorreu uma ruptura entre ambos. Os desencontros seriam melhor caracterizados como expressão da dificuldade brasileira em honrar os pagamentos externos, diante do constante aumento no *deficit* de sua balança de pagamentos, combinado ao desenvolvimentismo acelerado.

Paes de Almeida, em Boletim da *SUMOC* divulgado em maio de 1959, anunciou a elevação dos encargos da dívida externa e seu reflexo sobre o balanço de pagamentos. Considerando alta a elevação dos custos atribuídos aos financiamentos estrangeiros, “o plano de estabilização monetária determinou que as autoridades não aceitassem novos empréstimos senão em proporção igual à das amortizações realizadas. Observa-se, entretanto, que tal medida não foi respeitada no primeiro trimestre, pois dela deveria resultar a estabilidade de nossa dívida externa, verifica-se, no entanto, que a mesma subiu 8 milhões dólares”.¹⁰² A quitação dos dividendos externos de fundos de resgate estava prevista para ocorrer no encerramento do ano de 1963. A dívida seria amortizada ao longo do próximo período presidencial, caso não fossem tomados mais empréstimos que comprometessem a possibilidade de cumprir-se os pagamentos. Informou-se da possibilidade de o governo brasileiro solicitar aos Estados Unidos o adiamento dos pagamentos externos por um período determinado, como medida necessária à manutenção do nível de reservas cambiais, o que possibilitaria a continuidade das importações brasileiras por mais um ano de governo.

Surpreendentemente, nesta Assembléia Geral, foi anunciado pelo Ministro da Fazenda, Paes de Almeida, novo aporte de recursos que o Brasil iria realizar junto ao Fundo Monetário Internacional. “O ministro revelou também que o governo brasileiro autorizará o aumento de sua cota no Fundo, atualmente de 150 milhões de dólares, a 280 milhões antes de 31 de dezembro, limite fixado por aquela instituição para que os 68 Estados-Membros elevem suas subscrições”¹⁰³. Pela determinação estatutária do FMI, os países membros deveriam ampliar suas cotas de fundo de reserva até a data

¹⁰² Idem

¹⁰³ Idem

estipulada, que era o final do ano de 1959. Evidentemente, não é razoável falar-se em ruptura quando o relacionamento entre as partes continua a ocorrer normalmente. O anúncio de revisão de cotas somente reforça essa tese, mesmo porque a troca de expedientes nunca cessou. Ao contrário, o clima cordial que se manteve entre o Ministro da Fazenda e o Diretor Executivo do FMI destoa da promulgada discórdia, apontada e classificada como ataques de caráter colonialista, ou intromissões na soberania brasileira, conforme foi anunciado pela administração Kubitschek. “O Sr. Paes de Almeida indicou a posição do Brasil para restabelecer relações cordiais com o Fundo. O diretor executivo desse estabelecimento, Sr. Jacobsson, disse que estava “encantado” com a notícia”.¹⁰⁴ Mesmo após a normalização das relações entre Brasil e FMI, nosso País, como também os demais países da América Latina, continuaram em posição secundária na ordem dos investimentos dos países desenvolvidos. Com a agravante contida na instrução 8º. do Fundo que determinou a esses países que expusessem seus planos econômicos previamente à direção do Fundo e aos demais países membros, como condição para a concessão de um novo empréstimo. .

Os debates entre os governadores na Assembléia Geral do FMI serviram para salientar as disparidades no tratamento concedido às nações subdesenvolvidas e o dispensado aos países altamente capitalizados e industrializados, pois os registros efetivos de sua existência puderam ser confirmados nesta reunião. Os episódios que decorrem a partir daí eram totalmente previsíveis. Os representantes das nações desenvolvidas sustentaram apoio aos países pobres, por via do próprio FMI, Banco de Exportação e Banco Mundial, mesmo que esses últimos apenas apresentassem em suas exposições as mazelas decorrentes de sua grave situação econômica. O Ministro da Fazenda do Brasil, além de apresentar os novos investimentos, com a revisão de suas cotas, promoveu também a solicitação formal de novo empréstimo para o início dos anos 60. Assim como os demais governadores representantes dos países subdesenvolvidos, o Brasil não logrou resultados positivos em sua balança de pagamentos. Também não foi especificado como se daria o combate aos problemas decorrentes da alta da inflação e do custo de vida, fatores que preocupavam sobremaneira a população brasileira neste último quadri-

¹⁰⁴ Idem

semestre do ano de 1959. O discurso do Ministro da Fazenda sobre o quadro das discussões apontava: “Conforme divulgou a imprensa, na 14ª reunião dos governadores do Fundo Monetário Internacional e do Fundo Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, declarei, na qualidade de governador daquelas entidades, que o governo brasileiro está convencido de que as instituições de Breton Woods devem ser preservadas e privilegiadas”.¹⁰⁵ Afirmava posteriormente que: “Tais nações, dependentes, do ponto de vista cambial, da venda de produtos primários a preços baixos e instáveis, são levadas a agravar os desequilíbrios de suas balanças de pagamentos, pela procura de capitais em curto prazo”.¹⁰⁶ Essas são oscilações típicas de uma economia atrasada, comum em países que se sustentam através da capacidade sempre renovada de exportação de produtos alimentícios, de base, ou de primeira necessidade, e que se sujeitam às variações sazonais do mercado, podendo produzir *deficits* crescentes a partir da queda da cotação internacional dos produtos primários que produzem. Nesse sentido, não houve avanço na fala de Paes de Almeida, até porque, nesta assembléia, concedeu-se o auxílio cabível, com o acompanhamento dos saques autorizados pelo FMI como forma de monitorar o desenvolvimento desse tipo de economia agrária. Por outro lado, a agravante da crise econômica brasileira não residia exclusivamente nestas circunstâncias; era decorrente dos constantes empréstimos realizados durante todo o governo JK junto a instituições internacionais. Devido ao aceleração do plano de metas, a economia brasileira foi a que mais sofreu o ônus de um pesado *deficit* ao longo de muitos anos. Juscelino Kubitschek, após deixar a Presidência, ponderou que os problemas de instabilidade econômica, geradores igualmente de instabilidade política e social, poderiam ser evitados se a política econômica fosse conduzida no sentido de captar recursos em volume suficiente, capaz de tranquilizar o mercado com um estoque de reservas cambiais confortável. “No quadro da Aliança para o Progresso, deverão ser buscados, portanto, e simultaneamente, a estabilidade das receitas cambiais e a segurança de compensações adequadas aos favores concedidos pelo Mercado Comum Europeu aos produtos das colônias africanas. Ora, a segurança de uma receita cambial estável terá de decorrer da fixação

¹⁰⁵ O Estado de São Paulo 11 de outubro de 1959

¹⁰⁶ Idem

simultânea de quotas da exportação de nossos produtos e do estabelecimento de um nível de preços remunerador, ou seja, uma efetiva reserva de mercado”.¹⁰⁷

Contrariamente a estas considerações, o Brasil caracterizar-se-ia justamente pela falta de reservas, com uma previsão de *deficit* cambial da ordem de 306 milhões de dólares no ano de 1959. Os números apresentados pelo Ministro da Fazenda ainda apontavam que a receita global desse ano havia sido estimada em 147 bilhões de cruzeiros, enquanto a despesa total orçamentária alcançaria o valor de 160 bilhões de cruzeiros. .

O resultado da “longa cooperação”, com expressivos empréstimos destinados a créditos para cobrir gastos decorrentes de um volume crescente de importações, foi o aumento drástico do custo de vida brasileiro¹⁰⁸. A medida de curto prazo adotada pela política econômica brasileira para tentar evitar essa alta no custo de vida, foi a de incrementar a emissão de papel moeda, conjuntamente ao congelamento de preços. Este quadro foi abordado pelo então Ministro da Fazenda nos seguintes termos: “A emissão de papel moeda ultrapassou, em setembro, a cifra dos 15, 5 bilhões de cruzeiros, contra cerca de 13 bilhões de em igual período em 1958. Se considerado, todavia o significativo acréscimo do custo decorrente quer de reajustamentos salariais, quer cambiais, os quais passaram a influir na formação dos preços e no volume das despesas e dos negócios, será lícito concluir que, em comparação com exercícios anteriores, a emissão de papel moeda vem apresentando este ano crescimento porcentual que reflete o esforço cada vez maior do governo no sentido de minorar seus

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. A Marcha do Amanhecer, 181.

¹⁰⁸ A esse respeito, o DIEESE ponderou que alta da inflação e do custo de vida teriam sido revertidos apenas em 1994, com a implementação do plano real. “O DIEESE concluiu em julho de 1996 o relatório final da sua quarta Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a primeira disponível no país desde o início do Plano Real. O levantamento, realizado entre dezembro de 1994 e novembro de 1995, junto a 1.536 domicílios da cidade de São Paulo, apurou uma nova estrutura do orçamento doméstico, as mudanças nos hábitos de consumo de bens e serviços e o tipo de despesas praticado pelas famílias paulistanas, além de registrar informações sobre renda, ocupação, educação e condições de moradia da população. Trata-se de um levantamento básico e necessário para a atualizar o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV), iniciado em 1958. Com os resultados obtidos pela POF 1994/95, o DIEESE passa a divulgar o mais atualizado indicador da evolução do custo de vida do município e que reflete de maneira mais fiel o padrão de gastos de seus habitantes. Os principais dados captados pela pesquisa estão reunidos no texto a seguir. Realizada com o objetivo principal, embora não exclusivo, de permitir a construção e atualização do Índice de Custo de Vida (ICV), apurado pelo DIEESE desde 1959, a última pesquisa sobre o orçamento doméstico das famílias paulistanas foi realizada em 1982/83. Desde aquele momento, sucederam-se os planos de estabilização econômica, viveu-se sob a hiperinflação, recessão e, a partir de 1994, vive-se um plano de estabilização que vem tendo êxito na redução da inflação e que tem servido de instrumento para o aprofundamento da integração da economia brasileira no processo de globalização financeira, ao mesmo tempo em que mantém a economia interna condicionada a níveis insuficientes de crescimento econômico”.

desequilíbrios financeiros”.¹⁰⁹

As informações apresentadas por Paes de Almeida não contemplavam outra saída senão soluções paliativas à crise e nem apresentavam maiores detalhes sobre os rumos da economia brasileira, justamente por estarmos em período de campanha eleitoral. O perigo da exploração demagógica, mesmo sobre informações precisas do governo, poderia acarretar grandes inconvenientes aos líderes governistas. Buscou-se também serenar a opinião pública, cada vez mais alarmada com os crescentes números do custo de vida. Cauteloso em seu discurso, preferiu o Ministro apontar os êxitos da política cafeeira, que retomava posição de destaque, sendo que as exportações do produto eram o principal item de nossa pauta de comércio exterior.. A crescente produção e venda do café teria como resultado, além do aspecto puramente econômico, a diminuição da tensão na política interna e a paralisação das manifestações oposicionistas. “Os esforços desenvolvidos redundaram em benefícios para a economia do País, pois representaram desafogo no meio da cafeicultura e proporcionaram recursos cambiais mais ponderáveis, na quadra difícil que atravessa o Brasil, nesse particular. Não fora o incentivo dado às exportações e a expedita comercialização da safra, estaríamos, provavelmente, com preços-ouro em declínio, dado o regime de superprodução e a conseqüente pressão para maiores sobras internas”.¹¹⁰

¹⁰⁹ O Estado de São Paulo 11 de outubro.

¹¹⁰ Idem

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*.

Paris : Université René Descartes, 1975. 303f. Tese (doutorado) . Université René Descartes

ABREU, Alzira Alves de : LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Momento de decisão: os anos 1970 e a mídia no Rio de Janeiro. In: UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro /Orgs. Américo Freire , Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.325-363.

ALBUQUERQUE, J Guilhon (org). Crescimento, Modernizaçõ Política Externa e Dip lomacia para o Desenvolvimento, vols 1 e 2 “Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990). São Paulo: Cultura Editores Associados – Nucleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Usp, 1993.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Estudo das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: UNIMARCO editora, 1999, Pp 57.

ALVES, Henrique L. Juscelino Kubitschek o construtor de Brasília. Brasil, Cátedra, 1983.

ALEXANDER, Robert Jackson . Juscelino Kubitschek and the development of Brazil. Athens : Ohio Univ., 1991. 429p. (Monographs International Studies . Latin America Series; nº. 16)

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. UFSC, 2006.

ANOS JK: margens da modernidade/ Org. Wander Melo Miranda. São Paulo: Imp. Oficial ; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002. 170p. il.

ARON, Raymond. Estudos Políticos. Trad. De Sérgio Bath, 2.o. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. Pp 20.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações; Trad. Sérgio Bath. Brasília. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

ARTE construtiva no Brasil: Coleção Adolpho Leiner / Coord. Editorial de Aracy A. Amaral. São Paulo: DBA : Melhoramentos , 1988. 363p. il.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*: campesinato e política. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. 145p.

BRAILLARD, Philippe. (org) Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4.ed.rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990. 2v. (Biblioteca básica)

BANDEIRA, Moniz. A Presença dos Estados Unidos no Brasil. Brasil, civilização brasileira. 1993

BARBOSA, Francisco de Assis. *Jk: revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960. 320p.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis : Vozes, 1984. 141p.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 294p. (Estudos brasileiros/Paz e Terra; 8)

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*. São Paulo: T. Queiroz, 1991.

BIELSCHOWISC, Ricardo. *Pensamento Economico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro : Objetiva , 2001.

BOMENY, Helena. *Utopias de cidade: as capitais do modernismo*. In: O BRASIL de JK/ Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1991. p.144-161.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix , 1994.

BRASIL, Assis. *A nova literatura brasileira (o romance, a poesia, o conto)*. In:

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio ; EDUFF , 1986. v.6.

O BRASIL de JK / Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2ª ed., 2002. 236p.

BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo - vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985.119p. il (Temas e debates/FUNARTE; 4)

CALLADO , Antônio . *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1960. 171p.

CAMARGO, Aspásia de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / Sob a direção de Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1981. T.3. v.3. p.121-224.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 354p. (Coleção debates; 4)

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade*: a história e as histórias da bossa nova. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 461p. il.

CATÁLAGO da Exposição IAB 80 anos no Rio de Janeiro / Cláudia Pinheiro (Coord.); Hermano Freitas (projeto gráfico). Rio de Janeiro, 2001.

CORBISIER , Roland. *JK e a luta pela presidência*: campanha civilista. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976. 179p.

COSTA, Maria Elisa. *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record , 2001. 399p. il. (Coleção Metrópole)

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. Brasília. Editora UNB. 1982

DUROSELLE, J. *Europa de 1815 hasta nuestros dias – vida política y relaciones internacionales*. México. Fondo de Cultura Economica. 1998

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -30/ Coord. Geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch; coordenação dos verbetes biográficos Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; coordenação dos verbetes temáticos Fernando Lattman-Weltman. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2001. 5v. il.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta*: tempos de JK e Schmidt. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 228p.

DULCI, Otávio Soares. *UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.

230p. (Teses)

ENCICLOPÉDIA de Literatura Brasileira. Dir. Afrânio Coutinho e J Galante de Sousa. 2 ed. ver. amp. atual. e il.sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Montinho. São Paulo: Global Ed., Rio de Janeiro; Fundação Biblioteca Nacional: Academia Brasileira de Letras, 2001. 2.v

FABRIS, Mariarosaria. *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neo-realista?* São Paulo: EDUSP, 1994. 214p.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias/ Aspásia Camargo e Walder de Goés.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 757p. (Coleção Brasil século 20)

FERREIRA, Marieta de Moraes. Imprensa e modernização dos anos 50: a reforma do Jornal do Brasil. *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo.* São Paulo, nº 2, p.141-149, 1993.

FERREIRA, Oliveiros S. A crise na política externa: Autonomia ou Subordinação?/ Oliveiros S. Ferreira; seleção e organização de, Reginaldo Mattar Nasser. - Rio de Janeiro: Revan 2001 Pp 25

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Estudos e Discursos. Digesto Economico, São Paulo. Editora Comercial. 1961

GALVÃO, Maria Rita : BERNADET, Jean-Claude. *Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica (as idéias do "nacional" e "popular" no pensamento cinematográfico brasileiro).* Rio de Janeiro: EMBRAFILME ; São Paulo: Brasiliense, 1983. 266p. (O nacional e o popular na cultura brasileira)

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação.* 2.ed. rev. São Paulo: Cortez , 1994. 240p. (Magistério 2º grau. Série formação do professor)

GOVERNO JK : bibliografias /CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 51p.

GUERRA, Jacinto. *JK triunfo e exílio, um estadista brasileiro em Portugal.* Brasília : Thesaurus , 1988. 208p. il.

GULLAR, Ferreira. Arte neoconcreta: uma experiência radical. In: CATÁLOGO da Exposição Neoconcretismo / 1959-1961. Rio de Janeiro: Galeria de Arte BANERJ, set. 1984.

HELIODORO, Affonso. *JK exemplo e desafio.* Brasília : Thesaurus, 1991. 216p. il.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos – O breve século XX. São Paulo. Companhia das Letras.1995

HOBSBAWM, Eric. Sobre a História. Companhia das Letras. 1998.

A IMPRENSA em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50 / Org. Alzira Alves de Abreu . Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. 200p

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras.

JAGUARIBE, Hélio. O Nacionalismo na Realidade Brasileira. Rio de Janeiro. ISEB. 1958
JK o estadista do desenvolvimento / José Aparecido de Oliveira ... [et al] ; Coordenação editorial Affonso Heliodoro dos Santos, Maria Helena Alves. Brasília: Memorial JK , Senado Federal, Subsecretaria de Secretaria de Edições Técnicas, 1991. 367p. (Ciclo de Conferências sobre o governo Juscelino Kubitschek realizado no 10º aniversário de sua morte)

JUREMA, Abelardo de Araújo. *Juscelino & Jango* : PSD & PTB . Rio de Janeiro: Artenova, 1970. 258p.

KISSINGER, Henry. La Diplomacia. México. Fondo de Cultura Economica. 1996

LACERDA, Carlos. *Depoimento*/ Pref. de Ruy Mesquita ; org. do texto , notas e seleção de documentos Claudio Lacerda . 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1978. 469p. (Brasil Século 20)

LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil, a study of Kubitschek's target plan, 1956-1961*. Ithaca: Cornell University, 1970. 326p. Tese (doutorado). Cornell Univ. Faculty of Graduate School.

LIMA, Nisia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ /UCAM ; Revan, 1999. 222p. il.

LOPES, Lucas. Memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil , 1991. 346p. il.

LOTT, Henrique Teixeira. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento). Rio de Janeiro: CPDOC-Programa de História Oral, 1982. 181p.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964). In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / Sob a direção de Boris Fausto. São Paulo : Difel , 1984. T.3. v.3. p.257-294

MARANHÃO, Ricardo . *O governo Juscelino Kubitschek*. 5. ed. São Paulo : Brasiliense , 1988. 105p. (Coleção tudo é história ; 14)

MATTOS, Sérgio. *Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história*. Salvador: ABAP, 1990. 85p. il.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro:

FASE , 1989. 215p. il.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Trad. De Ivonne Jean. Brasília. Editora de Brasília, 1981. pp 38. (Coleção Pensamento Político, 25)

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil / Shiguenoli Miyamoto – Campinas, SP: Papirus, 1995 – (Coleção Estado e Política)*

MORAES, José. *Juscelino : o homem, a candidatura, a campanha*. [Belo Horizonte]: Imp. Oficial, 1955. 191p.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz/ tradução de Oswaldo Biato*. - Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003 Pp 26-27

MOSTAÇO, Edelcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião, uma interpretação da cultura de esquerda..* São Paulo: Proposta editorial, Secretaria Estadual de Cultura, 1982.196p.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. 303p.

MOURA, Gerson. *Sucessoes e Ilusões*. Brasil. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991

NAPOLEÃO, Aluizio . *Juscelino Kubitschek, audácia, energia, confiança*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. 95p.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil-FMI: frustrações e perspectivas*. Ed. Bial. 1993

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, NORDESTE, planejamento e conflito de classes*. 2.ed. Rio.

OLIVEIRA, Francisco. SUDENE. In: *DICIONÁRIO Histórico – Biográfico Brasileiro Pós-30 /* Coord. Geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch ; coordenação dos verbetes biográficos Sérgio Tadeu de Niemeye Lamarão; coordenação dos verbetes temáticos Fernando Lattman-Weltman. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas , 2001. v.5 . p.5619-5622

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Os partidos políticos brasileiros : O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro:[s.n.] , 1973. p. irreg. Tese (mestrado) . Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Márcio. Brasília, uma alegoria mítica da nação. *Teoria e Sociedade*, Revista do

Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, p.215-238, jun.2001.

. Meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Bloch , 1975-1978. 3v. il.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. A Marcha do Amanhecer. 1962.

A ORDEM do progresso : cem anos de política econômica republicana, 1889-1989/ Org. Marcelo Paiva Abreu. Rio de Janeiro : Campus , 1989. 445p. il.

ORICO, Oswaldo. *Confissões do exílio-JK*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 177p.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 222p.

PALMER, Alan. *The penguin dictionary of twentieth-century history – 1900-1991*. London: Penguin Books, 1992.

PALMOWSKI, Jan. *A dictionary of twentieth-century world history*. New York: Oxford University Press, 1997. 693p.il.

PEDROSA, Mario. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília/ Org. Aracy A Amaral* São Paulo: Perspectiva, 1981. 421p. (Debates;170)

PEIXOTO, Fernando. *Teatro Oficina (1958-1982) : trajetória de uma rebeldia cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 124p. il. (Coleção Tudo é história ; 60)

PORTINHO, Carmen Velasco. *Carmen Portinho: por toda a minha vida / Depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999.195p. il.

PROJETO construtivo brasileiro na arte (1950-1962) / Supervisão, coordenação geral e pesquisa : Aracy A. Amaral. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna ; São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1977. 357p.

QUATRO anos no governo de Minas Gerais 1951-1955: síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. 388p.

RAMOS, Plínio de Abreu *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. 218p. (Coleção Reconquista do Brasil. 2º série; 174)

RELAÇÕES Internacionais Contemporâneas – da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 aos nossos dias)/ Org. José Flávio Sombra Saraiva. Brasília: Paralelo 15, 1997. 397p.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean Batiste. Introdução à história das relações internacionais. São Paulo. DIFEL. 1967

RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um Presidente: a campanha de J. K./* Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 309p.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Radiografia de novembro*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1961. 171p. (Retratos do Brasil; v.1)

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record. 1998. 190p. il.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.224p. il.

SILVA, Alexandra de Mello. Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 14, nº2, p.209-239, jul./dez. 1992.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991. 155p. (Novas buscas em comunicação; v.39)

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 512p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.171p. (Coleção Depoimento;v.4)

SOUZA, Renato César José de. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão. In: ARQUITETURA da modernidade/ Org. Leonardo Barci Castriota .Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 183-229.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática , 1977.194p

VAITSMAN, Maurício. *Quanto custou Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. PS. , 1968. 190p. (Coleção Livro- Verdade; 1)

VIGEVANI, Tullo. O contencioso Brasil X Estados Unidos da informática: uma análise sobre formulação da política exterior. - São Paulo: Alfa Omega

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do governo JK (1956-61). In: *SESSENTA anos de política externa brasileira , 1930-1990 – crescimento, modernização e política externa* / Org. José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais, 1996. v.1

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZILLER, Adelchi Leonello. *A marcha contra o golpe* (a Campanha de Juscelino Ziller). Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fo., 1956. 262p. il.